



DIÁRIO

da Assembleia da República

IX LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2002-2003)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 4 DE OUTUBRO DE 2002

Presidente: Ex.^{mo} Sr. João Bosco Soares Mota Amaral

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Manuel Alves de Oliveira
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos
António João Rodeia Machado

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 15 minutos.

Deu-se conta da apresentação dos projectos de lei n.º 125 a 133 e 135/IX, da apreciação parlamentar n.º 4/IX e do projecto de resolução n.º 58/IX.

A Câmara aprovou um parecer da Comissão de Ética relativo à substituição de um Deputado do CDS-PP.

Foi apreciado o Decreto-Lei n.º 156/2002, de 20 de Junho, que suspende a produção de efeitos da revisão curricular do ensino secundário, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 7/2001, de 18 de Janeiro [apreciação parlamentar n.º 2/IX (PS)]. Pronunciaram-se, a diverso título, além do Sr. Ministro Educação (David Justino), os Srs. Deputados António Braga (PS), Gonçalo Capitão (PSD), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Sérgio Vieira (PSD), Bernardino Soares (PCP), Isabel Castro (Os Verdes), João Teixeira Lopes (BE), Isabel Pires de Lima e Ana Benavente (PS).

Procedeu-se à apreciação do Decreto-Lei n.º 185/2002, de 20 de agosto, que define o regime jurídico das parcerias em saúde com gestão e financiamento privados [apreciação parlamentar n.º 3/IX (PCP)], tendo usado da palavra, a diverso título, além do Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde (Adão e Silva), os Srs. Deputados Bernardino Soares (PCP), Ana Manso (PSD), Luis Carito (PS), Isabel Gonçalves (CDS-PP), Ana Drago (BE), Isabel Castro (Os Verdes), e Luisa Portugal e Afonso Candal (PS).

Foi também apreciada a Petição n.º 46/VIII (2.º) — Apresentada por Fernando Sérgio dos Santos Rosário e outros, solicitando que a Assembleia da República adopte medidas adequadas e urgentes tendo em vista a definição do traçado e construção do IC 2, no concelho de Santa Maria da Feira. Intervieram no debate os Srs. Deputados Manuel Oliveira (PSD), Antero Gaspar (PS), Helder Amaral (CDS-PP) e Bruno Dias (PCP).

A Sr.ª Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 15 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 15 minutos.

Srs. Deputados presentes à sessão:

Partido Social Democrata (PSD):

Abílio Jorge Leite Almeida Costa
 Adriana Maria Bento de Aguiar Branco
 Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
 Ana Paula Rodrigues Malojo
 António Fernando de Pina Marques
 António Henriques de Pinho Cardão
 António Manuel da Cruz Silva
 António Maria Almeida Braga Pinheiro Torres
 Bernardino da Costa Pereira
 Bruno Jorge Viegas Vitorino
 Carlos Alberto da Silva Gonçalves
 Carlos Alberto Rodrigues
 Carlos Jorge Martins Pereira
 Carlos Manuel de Andrade Miranda
 Carlos Parente Antunes
 Diogo de Sousa Almeida da Luz
 Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira
 Fernando Mimoso Negrão
 Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho
 Fernando Santos Pereira
 Francisco José Fernandes Martins
 Gonçalo Dinis Quaresma Sousa Capitão
 Gonçalo Miguel Lopes Breda Marques
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
 Gustavo de Sousa Duarte
 Henrique José Monteiro Chaves
 Hugo José Teixeira Velosa
 Isménia Aurora Salgado dos Anjos Vieira Franco
 João António Pistacchini Calhau
 João Bosco Soares Mota Amaral
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá
 João José Gago Horta
 João Manuel Moura Rodrigues
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
 Joaquim Miguel Parelho Pimenta Raimundo
 Jorge José Varanda Pereira
 Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
 Jorge Tadeu Correia Franco Morgado
 José Alberto Vasconcelos Tavares Moreira
 José António Bessa Guerra
 José António de Sousa e Silva
 José Luís Ribeiro dos Santos
 José Manuel Álvares da Costa e Oliveira
 José Manuel Carvalho Cordeiro
 José Manuel de Lemos Pavão
 José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro
 Judite Maria Jorge da Silva
 Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira
 Luís Filipe Alexandre Rodrigues
 Luís Filipe Montenegro Cardoso de Morais Esteves
 Luís Manuel Machado Rodrigues
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
 Manuel Alves de Oliveira
 Manuel Filipe Correia de Jesus
 Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida

Maria Assunção Andrade Esteves
 Maria Aurora Moura Vieira
 Maria Clara de Sá Morais Rodrigues Carneiro Veríssimo
 Maria da Graça Ferreira Proença de Carvalho
 Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas
 Maria Elisa Rogado Contente Domingues
 Maria Eulália Silva Teixeira
 Maria Goreti Sá Maia da Costa Machado
 Maria Isilda Viscaia Lourenço de Oliveira Pegado
 Maria Leonor Couceiro Pizarro Beleza de Mendonça Tavares
 Maria Natália Guterres V. Carrascalão da Conceição Antunes
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
 Maria Teresa da Silva Morais
 Mário Patinha Antão
 Miguel Fernando Alves Ramos Coleta
 Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos
 Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos
 Pedro Miguel de Azeredo Duarte
 Rodrigo Alexandre Cristóvão Ribeiro
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva
 Rui Miguel Lopes Martins de Mendes Ribeiro
 Salvador Manuel Correia Massano Cardoso
 Sérgio André da Costa Vieira
 Vítor Manuel Roque Martins dos Reis

Partido Socialista (PS):

Aires Manuel Jacinto de Carvalho
 Alberto de Sousa Martins
 Alberto Marques Antunes
 Ana Maria Benavente da Silva Nuno
 Antero Gaspar de Paiva Vieira
 António Alves Marques Júnior
 António Bento da Silva Galamba
 António Fernandes da Silva Braga
 António José Martins Seguro
 António Ramos Preto
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
 Ascenso Luís Seixas Simões
 Augusto Ernesto Santos Silva
 Edite Fátima Santos Marreiros Estrela
 Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita
 Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues
 Elisa Maria da Costa Guimarães Ferreira
 Fausto de Sousa Correia
 Fernando dos Santos Cabral
 Fernando Manuel dos Santos Gomes
 Fernando Pereira Serrasqueiro
 Fernando Ribeiro Moniz
 Jaime José Matos da Gama
 Jânila Bárbara Madeira e Madeira
 João Rui Gaspar de Almeida
 Joaquim Augusto Nunes Pina Moura
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira
 Jorge Lacão Costa
 Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
 Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho
 José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
 José Alberto Sequeiros de Castro Pontes
 José António Fonseca Vieira da Silva
 José Apolinário Nunes Portada
 José Augusto Clemente de Carvalho
 José Carlos Correia Mota de Andrade

José Manuel Lello Ribeiro de Almeida
 José Manuel Santos de Magalhães
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros
 Júlio Francisco Miranda Calha
 Laurentino José Monteiro Castro Dias
 Leonor Coutinho Pereira dos Santos
 Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
 Luís Alberto da Silva Miranda
 Luís Manuel Capoulas Santos
 Luís Manuel Carvalho Carito
 Luísa Pinheiro Portugal
 Luiz Manuel Fagundes Duarte
 Manuel Maria Ferreira Carrilho
 Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia
 Maria Cristina Vicente Pires Granada
 Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina
 Maria do Carmo Romão Sacadura dos Santos
 Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta
 Maria Isabel da Silva Pires de Lima
 Maria Manuela de Macedo Pinho e Melo
 Maximiano Alberto Rodrigues Martins
 Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque
 Nelson da Cunha Correia
 Nelson Madeira Baltazar
 Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
 Paulo José Fernandes Pedroso
 Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
 Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
 Rosalina Maria Barbosa Martins
 Rui António Ferreira da Cunha
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira
 Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
 Teresa Maria Neto Venda
 Vicente Jorge Lopes Gomes da Silva
 Victor Manuel Bento Baptista
 Vitalino José Ferreira Prova Canas
 Vítor Manuel Sampaio Caetano Ramalho
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

Partido Popular (CDS-PP):

Álvaro António Magalhães Ferrão de Castello-Branco
 António Herculano Gonçalves
 Diogo Nuno de Gouveia Torres Feio
 Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos
 João Rodrigo Pinho de Almeida
 José Helder do Amaral
 Manuel de Almeida Cambra
 Manuel Miguel Pinheiro Paiva
 Narana Sinai Coissoró
 Pedro Manuel Brandão Rodrigues

Partido Comunista Português (PCP):

António João Rodeia Machado
 Bernardino José Torrão Soares
 Bruno Ramos Dias
 Jerónimo Carvalho de Sousa
 José Honório Faria Gonçalves Novo
 Lino António Marques de Carvalho
 Maria Odete dos Santos

Bloco de Esquerda (BE):

Ana Isabel Drago Lobato
 Francisco Anacleto Louçã
 João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia
 Isabel Maria de Almeida e Castro

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai proceder à leitura do expediente.

O Sr. Secretário (Manuel Oliveira): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, deram entrada, e foram admitidas, as seguintes iniciativas legislativas: projectos de lei n.ºs 126/IX — Utilização de *software* livre na Administração Pública (BE), que baixa à 1.ª Comissão; 125/IX — Acesso universal à Internet em banda larga (BE), 127/IX — Determinação do registo de interesses em instituições desportivas (Altera a Lei n.º 112/99, de 3 de Agosto, que aprova o regime disciplinar das federações desportivas) (BE), que baixa à 7.ª Comissão, 128/IX — Estabelece o imposto de solidariedade sobre as grandes fortunas (BE), que baixa à 5.ª Comissão, 129/IX — Limita a concentração da propriedade dos meios de comunicação social (BE); que baixa à 1.ª Comissão, 130/IX — Protecção das fontes dos jornalistas (BE); que baixa à 1.ª Comissão, 131/IX — Atribui às autarquias locais e às pessoas colectivas de utilidade pública direitos preferenciais na aquisição de imóveis do Estado (PCP), que baixa à 4.ª Comissão, 132/IX — Suspende os processos de alienação de imóveis do Estado (PCP), que baixa à 5.ª Comissão, 133/IX — Estabelece a organização do trabalho em regime nocturno, de turnos e em folgas rotativas, bem como a redução da idade de reforma com bonificação nos anos de contribuição para a segurança social (BE); que baixa à 8.ª Comissão, e 135/IX — Elevação da povoação de Bustos, no concelho de Oliveira do Bairro, à categoria de vila (CDS-PP), que baixa à 4.ª Comissão; apreciação parlamentar n.º 4/IX — Do Decreto-lei n.º 193/2000, de 25 de Setembro, que estabelece o regime de colocação e de afectação do pessoal integrado nos serviços e organismos que sejam objecto de extinção, fusão ou reestruturação, no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 16-A/2002, de 31 de Maio (PCP); e projecto de resolução n.º 58/IX — Visa assegurar o futuro de Alqueva como empreendimento de fins múltiplos e alavanca do desenvolvimento do Alentejo (PCP).

Sr. Presidente, Srs. Deputados, há ainda um relatório e parecer da Comissão de Ética, que é do seguinte teor:

1 — Em reunião da Comissão de Ética, realizada no dia 3 de Junho de 2002, pelas 18 horas e 30 minutos, foi observada a seguinte substituição de Deputado:

Substituição nos termos do artigo 20.º, n.º 1, alínea e), do Estatuto dos Deputados (Lei n.º 3/2001, de 23 de Fevereiro):

Grupo Parlamentar do Partido Popular (CDS-PP) — Basílio Horta (Círculo Eleitoral do Porto), por Henrique Jorge Campos Cunha, com início em 7 de Outubro corrente, inclusive.

2 — Analisados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que o substituto indicado é realmente o candidato não eleito que deve ser chamado

ao exercício de funções, considerando a ordem de precedência da respectiva lista eleitoral apresentada. a sufrágio pelo aludido partido no concernente círculo eleitoral.

3 — Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis.

4 — Finalmente, a Comissão entende proferir o seguinte parecer: a substituição em causa é de admitir.

Em matéria de expediente, é tudo, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o parecer está em apreciação.

Pausa.

Não havendo pedidos de palavra, vamos votá-lo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Despedimo-nos, assim, do Sr. Deputado Basílio Horta, fazendo votos de sucesso no desempenho da missão que agora vai desempenhar, e dou as boas-vindas ao nosso novo colega, que iniciará o seu mandato a partir do 7 de Outubro, o que significa que ainda hoje, com certeza, teremos aqui a presença do Sr. Deputado Basílio Horta.

Srs. Deputados, o primeiro ponto dos trabalhos é a apreciação do Decreto-Lei n.º 156/2002, de 20 de Junho, que suspende a produção de efeitos da revisão curricular do ensino secundário, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 7/2001, de 18 de Janeiro [apreciação parlamentar n.º 2/IX (PS)].

Para uma intervenção, como responsável pela iniciativa, tem a palavra o Sr. Deputado António Braga.

O Sr. António Braga (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Educação, Srs. Deputados: A educação e a formação estão no centro das principais preocupações políticas, económicas e sociais dos países da União Europeia, mas, infelizmente, já não podemos dizer o mesmo de Portugal. Falo do estabelecimento de prioridades nas políticas de desenvolvimento, cujos postulados se definem a partir de uma razão fundante: o bem-estar dos cidadãos, que é cada vez mais incompatível com a ignorância, com a falta de qualificação, com a falta de oportunidades e de resultados reais de educação e de formação. Sabe-se que a educação é ao mesmo tempo condição e resultado do progresso.

Sabe-se também que a informação e o conhecimento já não se circunscrevem apenas aos ambientes educativos formais, já saltaram essa fronteira há muito, e fazem parte integrante do desenvolvimento das actividades rotineiras de um número crescente de cidadãos. Ao mesmo tempo, acontecem profundas e complexas mutações no mercado de trabalho que sugerem a revalorização dos instrumentos e competências humanas e aumentam enormemente o risco de desemprego, ou mesmo de exclusão. Vive-se agora a imprevisibilidade nos percursos profissionais de um número cada vez mais significativo de cidadãos.

Colocado entre a escolaridade básica de frequência obrigatória e os níveis mais especializados do saber, o ensino secundário vinha sendo organizado em função das exigências do ensino superior e à volta de um currículo único para todos os alunos. Mas, na verdade, o aumento do número de jovens que tem vindo a ingressar no ensino secundário, com uma grande diversidade de interesses, mo-

tivações e capacidades, marcou, em certa medida, este grau ensino como um espaço de exclusão.

Por isso, a revisão dos currículos teve em conta as relações com o mercado de trabalho, a diversidade de públicos e a necessidade de proporcionar formações sólidas nas áreas científica, tecnológica, humanística e estética.

Entendemos que o País precisa do ensino secundário habilitado a cumprir as duas grandes tarefas que dele se espera: preparar simultaneamente os alunos para o ensino superior e para o mercado de trabalho. Daí valorizar-se, simultaneamente e em complemento, tanto uma base cultural comum como outra mais especializada, acessível a todos, conforme se trate de uma opção virada para o prosseguimento de estudos ou para a profissionalização.

Ora, esta revisão curricular, que o Sr. Ministro e o Governo irresponsavelmente suspenderam, pretendia justamente dar respostas às dificuldades com que o ensino secundário se debate, por forma a melhor atender às necessidades, às motivações e às legítimas aspirações dos jovens.

De facto, o ensino secundário deverá constituir-se como um ciclo de estudos com um valor próprio, onde se promovam as capacidades dos alunos e se relevem as aprendizagens estruturantes da formação com outras de natureza instrumental, em parceria com o acesso ao conhecimento. Serão essas, no seu conjunto, as ferramentas essenciais que permitirão aos jovens alunos intervir, pesquisar a informação e continuar a crescer, nos seus percursos profissionais, académicos e pessoais, de forma cada vez mais competente.

Mas esta melhoria da qualidade do ensino secundário depende do equilíbrio e exequibilidade dos programas, limitados a saberes essenciais e em torno de problemas da actualidade, com contextos significativos para todos, por forma a desenvolver competências próprias.

Acresce que o nível de qualificações da nossa população é ainda muito inferior ao do dos parceiros da União Europeia, razão pela qual as formações secundárias têm necessariamente que se assumir como relevantes. Daí que deva assegurar-se a todos os jovens dos 15 aos 18 anos o acesso a formações, com a dupla natureza de ciclo intermédio de prosseguimento de estudos e de ciclo de formação terminal.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A revisão curricular do ensino secundário resultou de um longo trabalho, iniciado em 1997, e foi conseguida depois de consultas e debates a nível nacional.

No essencial, pode dizer-se que a matriz curricular dos cursos clarificou-se, racionalizou-se a carga horária, foi reforçada a componente de formação geral e introduziu-se o ensino prático e experimental em todo o currículo e uma área de projecto tecnológico com espaço e tempos próprios. Instituiu-se a possibilidade de alargar o tempo real de trabalho para aulas de 90 minutos, dignificaram-se os cursos tecnológicos, enquanto propiciadores de um diploma de formação secundária e de um certificado de aptidão profissional de nível III.

Estão salvaguardadas e reforçadas a existência da formação geral comum aos diferentes cursos, a possibilidade de todos poderem prosseguir estudos e a permeabilidade entre cursos gerais e tecnológicos.

Com isto é melhorada a qualidade das aprendizagens, dá-se mais coerência ao currículo, valoriza-se o trabalho desenvolvido nas escolas, enriquece-se a oferta de formação e oferecem-se instrumentos de ensino, flexíveis e úteis aos professores.

Colocado perante esta realidade, o Governo agiu da forma mais precipitada e demonstrou impreparação para dar sequência a um dos projectos mais ponderados que o sector da educação conheceu. E não há argumento financeiro que justifique a temeridade. Salvo que o Governo queira encerrar o País, não há razões para a decapitação do investimento em educação, mesmo com dificuldades orçamentais.

O Sr. Paulo Pedroso (PS): — Muito bem!

O Orador: — A factura desta visão puramente mercantil, mesmo no curto prazo, vai sair bem mais cara, porque será liquidada em espécie, sendo que a espécie aqui são, infelizmente, as pessoas mais jovens.

Aplausos do PS.

Ao chamar o decreto-lei que suspende a revisão curricular ao Parlamento pretende o PS abrir o confronto com uma orientação de política educativa que não radica em nenhuma ideia mas apenas se limita, agora, a uma mera abordagem «gerencialista» de um sistema educativo, que clama reorientação.

Ninguém sabe o que pretende o Governo. Em permanente contradição, assiste-se à introdução casuística de uma ou outra disciplina, instalando-se a incomunicabilidade disciplinar num currículo errático.

Falta sustentabilidade, factor determinante num processo de intervenção que vise alcançar uma real transformação da vida e cultura escolares. Os processos de inovação educativa ou são bem enraizados e sustentados no terreno, com intencionalidade e uma organização sistemática, ou a intervenção pontual e não regulada não passa, Sr. Ministro, de um acontecimento passageiro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Um dos pilares da revisão curricular deve continuar a ser a garantia de que todos os jovens que concluem o ensino secundário tenham um de dois caminhos à escolha: ou o ingresso no mundo do trabalho, com certificação, ou o ensino superior. Deve manter-se a possibilidade de poderem alterar os seus percursos, durante ou após este ciclo, através de uma efectiva permeabilidade no sistema.

Pela nossa parte, anunciamos uma linha de política educativa consistente com a visão de um sistema educativo que sirva o desenvolvimento e possa garantir não só a igualdade de oportunidades como ainda a igualdade nos resultados.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Inscreveu-se, para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado Gonçalo Capitão, dispondo, para o efeito, de 3 minutos.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Gonçalo Capitão (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Braga, antes de mais, saúdo o seu regresso a estas matérias educativas, sei que sempre por cá andou, mas tem andado ocupado com outras missões.

O Sr. Deputado veio emprestar um quilate intelectual, que todos nós reconhecemos, a esta discussão, ficando por saber se isso é um elogio tácito à prestação prévia dos Deputados do PSD e do CDS-PP, ou se é uma censura interna à prestação prévia dos Deputados do Partido Socialista.

Em todo caso, devo dizer-lhe, com alguma decepção, que também a sua prestação não conseguiu atacar com contundência a sustentabilidade da decisão deste Governo.

Por um lado, continua sem perceber o estado deficitário em que deixaram a economia e as finanças portuguesas e, por outro, não conseguiu explicar que efectivamente fizeram, porque não fizeram, um estudo de impacto financeiro desta revisão curricular.

É certo que disseram nesta Casa que queriam adequar a formação, desde logo ao nível do secundário, ao mercado de trabalho. Porém, esqueceram-se de uma coisa, de que a esquerda de vez em quando se esquecia, de que envolvia a natureza humana, logo da possibilidade de mudar de opções, e encaminharam a vossa revisão curricular para uma excessiva especialização que desde logo compartimentava demasiado as opções dos alunos.

Protestos do Deputado do PS Paulo Pedroso.

É como se entrássemos num partido e fôssemos obrigados desde logo a escolher uma determinada facção, como seja a de ser apoiantes do Dr. Gama, do Dr. Soares — não digo do Dr. Ferro, porque só conheço o Dr. Paulo Pedroso...

Risos do PSD e do CDS-PP.

De qualquer modo, era obrigar a optar definitivamente demasiado cedo.

Protestos do PS.

Desta vez só demoraram 1,5 minutos a participar! Foi bom!

Risos de Deputados do PSD.

Depois, trataram o ensino das novas tecnologias mais como uma novidade curiosa do que como uma realidade futura.

Sr. Deputado, não concorda comigo em que há uma série de pilares a erguer antes de fechar a abóbada? Desde logo, a socialização ao nível do 1.º ciclo — o encerramento de escolas não possibilita efectivamente essa socialização. Desde logo, a moralização, acabando-se com o que se passa no ensino recorrente. Desde logo, a redignificação da função do professor, o que se consegue através do estatuto do aluno.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Desde logo, a qualificação, algo que se consegue com um sistema de avaliação do desempenho, consequente e sucessivo, das escolas.

O Sr. Deputado disse que ouviram muitas pessoas. De facto, ouviram, os senhores foram sempre os melhores dos ouvintes. Decisores, é que já não posso dizer a mesma coisa: os senhores conseguiram ouvir «Rómulo e Rémulo» e aniquilar a boa decisão.

Vozes do PS: — Os senhores é que não sabem o que é decisão!

O Orador: — Pergunto-lhe, Sr. Deputado, se não considera legítimo que esteja agora presente uma nova con-

cepção filosófica em relação a estas matérias. O PS propôs quase um modelo de tertúlia nacional sobre estas questões e uma reforma por grandes pacotes, sem olhar ao custo; o PSD e o PP têm uma vocação reformista que reconhece na estabilidade e na mudança gradual um valor em si.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador:** — Por outro lado, o PS trouxe a pedra; o PSD e o PP têm de saber quanto custa fazer a sopa (se me permite a linguagem figurada).

Por fim, diria que, nesta, como noutras matérias, e não duvidando da sua seriedade de propósitos, o PS governou a pensar no prémio de *Miss Simpatia* ou *Miss Fotogenia*; o PSD e o PP estão preocupados em que os jovens portugueses consigam outros prémios, como sejam o da qualificação profissional e o da habilitação académica.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O **Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida, dispondo, para o efeito, de 3 minutos.

O **Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP):** — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Braga, é de facto um prazer voltar a ouvi-lo discutir estas matérias da educação. E já lhe tinha dito até, em particular, que temos sentido a sua falta na Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na qual, obviamente, o nível da discussão não tem sido mais elevado, exactamente porque na oposição não podemos contar com o seu contributo. Hoje pudemos, embora lhe diga que, em relação ao conteúdo, continuamos na mesma: não podemos de forma alguma concordar consigo. Ainda assim, há algumas questões que, a meu ver, vale a pena colocar.

Sr. Deputado, ao fim de todo este tempo, o Partido Socialista é capaz de nos dizer, finalmente, quanto é que custaria esta revisão curricular? Afinal, quanto é que custaria esta reforma? Já não estamos, sequer, a discutir quanto é que vai custar! É só uma questão hipotética. Já podem dizer, de forma despreocupada, quanto é que custaria a reforma curricular no ensino secundário.

Em segundo lugar, Sr. Deputado: quantos professores eram precisos a mais? Com a diversificação das áreas feita com a reforma curricular, de quantos professores é que precisávamos mais? Para quantas escolas? O que é que era preciso fazer, em matéria de recursos humanos, para que esta reforma fosse exequível?

O Sr. Deputado também falou da área de projecto. Sinceramente, acha que havia condições, que os professores estavam preparados e que as escolas estavam preparadas, para que a área de projecto funcionasse de forma eficaz?

Sr. Deputado, sabe qual foi a percentagem de professores que recebeu formação para estar preparado para aplicar esta reforma curricular? Temos alguns dados, mas não vale a pena estar a citá-los porque o Sr. Deputado também os conhece, de quantos professores afinal eram. Mas diga-nos se é ou não verdade que, como diz o estudo do FNE, 70% dos professores dizem não ter recebido qualquer tipo de formação para aplicarem esta reforma curricular do ensino secundário.

Sr. Deputado, tenho aqui uma notícia que diz «Estudantes do secundário marcam greve para dia 10». Pergunto,

Sr. Deputado: será que é dia 10 de Outubro, por estarem insatisfeitos com a suspensão, decretada por este Governo, da reforma curricular, ou será que é para dia 10 de Maio de 2001, exactamente para pedirem a suspensão da revisão curricular feita pelo governo socialista? Posso responder, porque essa mesma notícia continua da seguinte forma: «É inadmissível que o Ministério continue a pretender impor uma profunda reforma educativa do sistema de ensino, contra tudo e contra todos». Este dia 10 será, com certeza, o 10 de Maio de 2001!

Vou colocar-lhe uma última questão, esta mais actual, sobre os manuais escolares, que envolve igualmente uma citação. Dizia alguém, que já vou dizer quem é, quanto às restantes disciplinas previstas pelo anterior Executivo, para além das 11 que várias vezes são referidas, o seguinte: «Ainda não se sabe o que vai acontecer. Mas, talvez, reduzam o seu número, que era um exagero». Uma declaração sensata! Será que esta declaração foi feita pelo Sr. Ministro da Educação? Será que foi feita pela Sr.^a Secretária de Estado da Educação?

O **Sr. Presidente:** — Sr. Deputado o seu terminou. Tem de concluir.

O **Orador:** — Vou concluir, Sr. Presidente.

Será que foi feita por algum dos Deputados da maioria? Não! Foi feita pelo maior interessado, pelo presidente do Conselho de Educação da União dos Editores Portugueses. Ou seja, até aqueles que são os interessados, que produzem os manuais, reconhecem que isto eram livros a mais e que, obviamente, não fazia qualquer sentido!

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O **Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado António Braga.

O **Sr. António Braga (PS):** — Sr. Presidente, antes de mais, quero dizer que continuo a exercer o mandato de Deputado,...

Vozes do CDS-PP: — Ainda bem!

O **Orador:** — ... e, portanto, a estranheza de participar no debate não me parece muito acertada.

De qualquer maneira, gostaria de dizer que a melhor conclusão que posso retirar da apreensão, pelo menos da maioria, é que nenhum dos Srs. Deputados defendeu com argumentos próprios a suspensão da revisão curricular.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador:** — Tiveram de se socorrer de eventuais declarações de outras entidades e de manifestações estudantis para vir fazer a defesa da suspensão curricular. Este é o comentário que elucida tudo, Sr. Ministro. Tem de ter cuidado, porque esta maioria está pouco firme e muito pouco convencida das atitudes que o Governo tem tomado em área da revisão curricular.

Em todo o caso, quero, simplesmente, deixar uma nota, Sr. Ministro e Srs. Deputados: o argumento utilizado à *outrance* é, permanentemente, o problema orçamental. Mas devo dizer-vos — e vão ficar espantados certamente, mas preparem-se! — que a revisão curricular custava zero!

Risos do PSD e do CDS-PP.

Custava zero se os senhores quisessem fazer a escola completa; custava zero porque se diminuía o horário escolar; e custava zero porque o investimento na educação é reproduzido por muitos e muitos factores daqui a muito pouco tempo.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Vieira.

O Sr. **Sérgio Vieira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Educação, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Para o Grupo Parlamentar do PSD existem duas questões fundamentais que a apreciação parlamentar, requerida pelo Partido Socialista, coloca em debate, hoje, no Parlamento.

A primeira é analisarmos quais foram as razões que justificam a decisão do Governo de suspender a revisão curricular do ensino secundário.

A segunda é tentarmos interpretar quais foram as motivações políticas que levaram o Partido Socialista a requerer a apreciação parlamentar desta decisão governativa.

O que motivou, Sr. Presidente e Sr.^{as} e Srs. Deputados, o Governo a suspender a revisão curricular do ensino secundário?

O Governo suspendeu a revisão curricular do ensino secundário, por não estarem reunidas as condições para a efectiva aplicação prática desta revisão curricular, para permitir corrigir importantes lacunas que a afectam e para permitir a existência de condições que garantam o seu sucesso, com o objectivo de constituir um elemento estratégico de uma política de educação que visa a qualificação dos jovens portugueses.

O Governo suspendeu a revisão curricular porque foi também, pública e notória, a falta de adesão de praticamente todos os agentes educativos,...

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — ... alunos, pais e professores, a esta revisão, que ignorou completamente análises críticas, que deveriam ter merecido uma justa e útil ponderação.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — É verdade!

O **Orador**: — O Governo suspendeu a revisão curricular porque o Partido Socialista, irresponsavelmente, quando a decidiu implementar não ponderou algumas questões, como sejam a metodologia e visão da reforma, mais centrada nos currículos do que nos processos de ensino e aprendizagem, a natureza e finalidades do ensino secundário e a sua articulação com ensino básico e superior e com o ensino e formação profissionais.

O Governo suspendeu a revisão curricular porque o êxito dos princípios e objectivos a que esta revisão se propunha necessita e impõe a reavaliação de diversos aspectos.

Sr. Presidente, Sr. Ministro da Educação, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A verdade é que o Governo suspendeu a revisão curricular preconizada pelo Partido Socialista para construir um modelo de formações tecnológicas de nível secundário a partir de ofertas articuladas de ensino tecnológico e profissional, integrando a formação ao longo da vida, visando a existência de um novo equilíbrio

entre as ofertas de ensino secundário geral e do ensino secundário tecnológico e profissional.

Em suma, o Governo suspendeu a revisão curricular do Partido Socialista com o objectivo, que a bancada do PSD apoia e aplaude, de criar condições para que esta revisão promova uma efectiva valorização do ensino secundário em Portugal.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Mas a verdade também, e o Grupo Parlamentar do PSD não pode deixar de sublinhar esta questão, é que a revisão curricular do ensino secundário preconizada pelo Partido Socialista é um exemplo sintomático da forma como o PS conduziu o País nestes últimos seis anos, com tremenda irresponsabilidade e falta de sentido de Estado.

O PS, para além de todas as questões que tive oportunidade de referir, concebeu um processo de mudança, sem promover a mobilização e o empenho de uma parte significativa dos agentes educativos.

O PS não contabilizou, nem assegurou, os recursos materiais, humanos e financeiros necessários à implementação e sucesso desta reforma.

A irresponsabilidade e a falta de sentido de Estado por parte do PS nesta matéria é tanta que, não bastando terem legado um défice financeiro de 56 milhões de contos no Ministério da Educação, queriam implementar a revisão curricular do ensino secundário sem terem efectuado qualquer estudo de avaliação de impacto financeiro sobre esta reforma, sem terem inscrito qualquer dotação no último Orçamento do Estado e ainda por se prepararem para implementar uma reforma que até poderia (quem sabe!) reproduzir o défice já existente.

Sr. Presidente, Sr. Ministro da Educação, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Importa, agora, tentar compreender quais foram as motivações que levaram o PS a requerer a audição parlamentar desta decisão do Ministério da Educação.

O Grupo Parlamentar do PSD não entende que a motivação que levou o PS a requerer esta discussão se prenda com um mero exercício de «masoquismo» político ou de eventuais ajustes de contas internos, dentro do Partido Socialista.

Risos do PS.

Basicamente, entendemos que o Partido Socialista se encontra desorientado.

Risos do PS.

O PS não consegue compreender que existe, hoje, uma nova atitude política e uma outra prática de governação.

O Sr. **Paulo Pedroso** (PS): — É a chamada atitude suspensiva!

O **Orador**: — Uma nova atitude política que rompeu com o conformismo, a resignação, a irresponsabilidade e o laxismo que caracterizou o Partido Socialista na governação de Portugal. Uma prática de governação de acção, face aos problemas que o País enfrenta, em contraste com o governo socialista que pautava a sua actuação pela reacção e o adiar de decisões.

O PS fica desorientado face à nova atitude política e prática de governação que encontramos, hoje, no Sr. Ministro da Educação.

O. Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Um Ministro que, com a decisão que hoje discutimos, quer valorizar o ensino secundário e que, como tantas outras decisões que temos vindo a discutir aqui no Parlamento e em sede da Comissão de Educação, quer implementar um verdadeiro sistema de avaliação do ensino não superior; quer contribuir para a disciplina nas escolas e autoridade dos professores, quer moralizar a «porta escancarada» em que VV. Ex.^{as} tornaram o ensino recorrente e quer, ao contrário do que aconteceu num passado recente de governação do Partido Socialista, transformar o abertura do ano lectivo numa época tranquila do calendário escolar.

Um Ministro que sabe o que quer, decide e actual!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Assim, Sr. Presidente, Sr. Ministro da Educação, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Apesar de compreendermos a desorientação em que se encontra o Partido Socialista, que, em pouco mais de meio ano, assiste a uma prática de governação que substitui a irresponsabilidade pelo rigor, o conformismo pela acção e a resignação pela decisão, importa que fique claro que o Grupo Parlamentar do PSD não viabiliza propostas do Partido Socialista completamente irresponsáveis e incompreensíveis, como a apreciação parlamentar que hoje discutimos.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — O Grupo Parlamentar do PSD, que nunca permitirá o «branqueamento político» de diversas irresponsabilidades, em matéria educativa, por parte do PS, renova aqui hoje a palavra de apoio e incentivo ao Sr. Ministro da Educação,...

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — ... para que prossiga a mudança qualificadora que tem introduzido no nosso sistema educativo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A matéria hoje em apreciação tem vindo, nos últimos meses, a ocupar a discussão sobre a educação.

Quero dizer, em primeiro lugar, que eram justas as críticas que fizemos nesta Câmara quando requeremos a apreciação parlamentar da revisão curricular feita pelo Partido Socialista, traduzindo, aliás, as generalizadas críticas e a falta de discussão com os agentes educativos que esta matéria teve como base, e traduzindo também aquilo que se concretizava na própria revisão curricular, no sentido de uma menor responsabilidade da Administração Central em relação às escolas, no subfinanciamento quanto aos

equipamentos e à oferta curricular, na indefinição da permeabilidade anunciada entre os cursos gerais e os cursos tecnológicos, com uma clara indução de uma selectividade social — a qual já existe nas nossas escolas e esta, sim, tem de ser combatida e não acentuada —, sem reposta para a formação de professores necessária nesta matéria. Fizemos, em tempo devido, todas estas críticas, que continuamos a achar justas e acertadas face ao que foi proposto pelo governo anterior.

Mas agora é preciso perguntar ao novo Governo, ao Governo que suspendeu a revisão curricular, se a revisão está mesmo suspensa. Porque o que parece é que, estando anunciada a suspensão, permanentemente, aqui e ali, se vão aplicando parcelas da reforma curricular preconizada pelo Partido Socialista, avançando-se, em questões concretas, com medidas novas, sem qualquer contextualização global e sem uma coerência global em relação ao sistema educativo. Veja-se a já tão falada questão, que não vou aqui hoje retomar, da religião moral e católica,...

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Não é assim que se chama!

O Orador: — ... de alguns programas que, apesar de terem sido suspensos, avançaram, porque seria desastroso para as editoras que assim não acontecesse. Enfim, há uma suspensão geral com aplicações particulares, sempre que determinados interesses ou pressões a isso obrigam.

É importante também perguntarmos ao Governo que suspende qual é o modelo que propõe. E até agora, para além da suspensão, não encontramos esse modelo alternativo, que, na opinião do Governo, deve, com vantagem, substituir o que temos agora. E não seria lógico, numa matéria com esta dimensão e esta importância, que a suspensão viesse acompanhada, pelo menos, do anúncio das linhas fundamentais daquilo que o novo Governo propõe para esta matéria?!

Vozes do PCP: — Claro!

O Orador: — E até agora, não encontramos ainda esse esclarecimento.

A terceira questão tem a ver com a verdadeira razão da suspensão, que é, aliás, anunciada e repetida pelo Governo e pelos Srs. Deputados da maioria, que em todas as intervenções se referiram a ela, que é o custo! É o défice que manda suspender a revisão curricular! Não é a incompatibilidade daquela revisão com o desenvolvimento do ensino no nosso país, com igualdade no acesso ao ensino, com a melhoria das condições de funcionamento das nossas escolas, com a satisfação dos direitos dos professores e dos outros trabalhadores na área da educação e, sobretudo, dos estudantes. Não foi isto que motivou a suspensão da reforma. O que motivou a suspensão da reforma, como está bem de ver nas intervenções da maioria e do Governo, foi o dinheiro, o custo, a necessidade de cortar, para cumprir o défice.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Ora, esta é uma péssima razão para se fazer quer uma reforma quer a suspensão de uma reforma!

Mal ia o País quando tivemos um governo que produziu uma reforma de fundo no sistema educativo, com in-

suficiente debate e contra a esmagadora maioria dos agentes educativos, reforma essa que produzia e agravava essas desigualdades e empobrecimento no ensino.

Mal vai o País quando agora temos outro Governo que suspende sem apresentar alternativa, que suspende em geral, mas aplica particular e casuisticamente, e a única razão que apresenta para a suspensão é a necessidade não do acerto da reforma ou do diálogo com os parceiros mas de não gastar mais dinheiro com a educação e, com isso, cumprir o «sacrossanto» défice orçamental!

Voices do PCP e do BE: — Muito bem!

Entretanto, assumiu a presidência a Sr.^a Vice-Presidente Leonor Beleza.

A Sr.^a **Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr. Ministro da Educação, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O início desta intervenção, ou de qualquer intervenção no debate de hoje, poderia começar como começam normalmente as aulas no ensino secundário, ou em qualquer outro nível do ensino, que seria pelo sumário. E o sumário desta aula seria um sumário simples, e o mais simples, aquele que normalmente os alunos mais gostam, seria a revisão da matéria dada; podia até ser em francês, que é ainda mais interessante: *le sommaire est rappel* — normalmente, é o sumário anterior a qualquer teste.

Não temos qualquer teste aqui, hoje, Srs. Deputados! A matéria que aqui estamos a discutir é uma matéria que é recorrente — um recorrente muito mais saudável do que o do ensino — nos nossos debates sobre educação.

Já tivemos vários debates sobre esta questão. Esta situação, de constantemente debatermos esta matéria, de todos os partidos já terem dito que não concordavam com a reforma curricular e de Partido Socialista insistir na reforma curricular como a melhor opção, faz-me lembrar que andamos aqui como se todos fôssemos alunos, anos e anos na mesma turma, à espera de evoluir, à espera de passar de ano.

Segundo uma experiência bem ao jeito do antigo IIE, todos nós estamos a ter aqui uma nova experiência pedagógica: todos participamos num processo em que não podemos passar de ano, porque há um aluno que não aprende, que, neste caso, é o Partido Socialista, e, como o aluno não aprende e não pode ficar traumatizado — de facto, o fundamental do sistema de educação durante a governação socialista era que os alunos não ficassem traumatizados, ainda que não aprendessem absolutamente nada, mas isso era manifestamente indiferente —, temos de ficar retidos nesta discussão, porque o aluno socialista não é capaz de a ultrapassar. Isto é mais uma manifestação daquilo que se tem passado com os socialistas.

Acho que há um diagnóstico, que podemos fazer, daquilo que são os socialistas hoje em dia: revelam um conjunto de sinais e sintomas que não têm, obrigatoriamente, a mesma causa em todos os casos, que indicam um determinado estado patológico — patologia política, é claro!

O Sr. **Paulo Pedroso** (PS): — Isso é amnésia!

O **Orador:** — Citando um personagem de uma banda desenhada interessante, que é o Asterix, não sou um

latinista ilustre, mas chamaria a este síndrome o «bene aventis sindrum» — não sei se, do ponto de vista latino, está correcto, mas parece-me bastante adequado a esta situação.

Os Srs. Deputados do Partido Socialista deviam, efectivamente, ter vergonha. E a única cura que vejo para esta patologia não é sequer indicada por mim, porque, não sendo médico, não iria arriscar-me a fazê-lo, mas pelos portugueses, é uma cura longa de oposição, uma cura longa de humildade e uma cura longa de respeito. É por esta cura que os socialistas têm de passar, quer já o tenham percebido, quer ainda o venham a perceber.

O Sr. Deputado António Braga disse que, quando lhe colocámos questões, não tínhamos defendido a suspensão da revisão curricular. Não o fizemos exactamente porque lhe estávamos a colocar questões, às quais o Partido Socialista e o governo socialista nunca foram capazes de responder. Portanto, como o Partido Socialista não é mesmo capaz de nos responder, avançamos para a defesa da suspensão da revisão curricular.

O Governo do PSD suspendeu — e bem! — a revisão curricular por três razões: porque a reforma curricular era irresponsável; porque a reforma curricular era contestada generalizadamente; e porque, sinceramente, queremos fazer muito melhor.

A reforma curricular era irresponsável, porque não foram ouvidos os parceiros.

O Sr. **António Braga** (PS): — Não é verdade!

O **Orador:** — O Partido Socialista tentou, claramente, ao longo de todo este tempo, provar que tinha ouvido os parceiros, mas não os ouviu todos e, mesmo em relação àqueles que ouviu, só respeitou os que pensavam da mesma maneira que o governo socialista.

Por outro lado, não houve formação de professores. Está hoje provado — são os próprios sindicatos que o dizem — que não houve formação de professores para aplicar esta reforma.

Depois, há a resposta do Sr. Deputado António Braga, a que eu chamaria o caso do dia, que nos tentou dizer que a reforma curricular do ensino secundário era prima do *clix*, custava *nix*!

Risos do CDS-PP e do PSD.

Ou seja: quis convencer-nos de que uma reforma desta envergadura não custava absolutamente nada. Se nos faltasse algum dado para provar que esta reforma era irresponsável, este respondia a tudo o resto.

O Sr. **António Braga** (PS): — Olhe que não!

O **Orador:** — Era contestada generalizadamente, nem é preciso explicar porquê. Foi contestada por professores, por alunos e por todos os partidos nesta Câmara. Nem assim o Partido Socialista teve a humildade de reconhecer que, de facto, devia pôr a reforma curricular de lado.

Queremos fazer melhor, somos mais ambiciosos. Queremos que os nossos jovens vão mais longe. Queremos que tenham melhores condições de se afirmarem. E dando um exemplo claro daquilo que é a nossa ambição, diferente da dos socialistas, não queremos que os nossos alunos saibam apenas trabalhar com o *Office*, com o *Excel*, que

aprendam o mínimo dos mínimos que qualquer jovem, hoje em dia, já sabe quando chega ao ensino secundário, queremos que saibam dominar as novas tecnologias,...

O Sr. Paulo Pedroso (PS): — Isso está na reforma curricular!

O Orador: — ... queremos que saibam dominar as tecnologias da informação, queremos que eles próprios se possam desenvolver. Queremos dar-lhes bases!

O Sr. Paulo Pedroso (PS): — Tem de consultar a nossa reforma curricular!

O Orador: — É muito diferente, Srs. Deputados, dar bases de ensinar apenas o básico.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr.^a Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A questão que hoje é suscitada é, do nosso ponto de vista, extremamente importante e justifica que a intervenção se faça sobre o que está em discussão e não sobre questões laterais.

A verdade é que aquilo que está em discussão, Sr.^{as} e Srs. Deputados, não é outra coisa que não seja a suspensão de uma reforma curricular, que foi objecto de observações e de alguma reserva pelo modo como pode ter sido conduzida no passado, mas que de modo nenhum justifica aquilo que foi feito pelo Governo. O Governo suspendeu uma reforma sem dizer até quando o faz, sem saber porquê e, sobretudo, sem ser capaz de trazer à discussão pública um projecto alternativo. Não há, claramente, qualquer projecto alternativo; o que há e que, aliás, é evidenciado pelas intervenções dos Deputados que sustentam a maioria de direita, é uma visão — desculpem a expressão — de «manga de alpaca» de contar tostões...

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

A Oradora: — ... e de discutir o que é que se poupa ou deixa de poupar, eventualmente, numa visão imediatista, com cortes naquilo que se vai fazer dentro das escolas.

E estes cortes assumem uma gravidade maior num País com enormes dificuldades em termos da União Europeia e com enormes atrasos, porque isso significa que continuamos a não entender que o investimento na educação é um investimento no futuro, é um investimento na autonomia do País e no seu desenvolvimento. Pelo contrário, continuamos a considerar os encargos e os investimentos na educação como um peso, como um estorvo, que é preciso, de todo em todo, eliminar.

É este entendimento que, do nosso ponto de vista, justifica a tomada de decisões gravíssimas, como sejam, a de abandonar a área de projecto, a de inviabilizar, na prática, os apoios educativos — o significa que vamos ter mais exclusão dentro das escolas, maior abandono escolar, maiores desigualdades e que a escola será cada vez mais um espaço de reprodução de desigualdade e de eliminação do sistema, logo, a prazo, de eliminação de condições para que os cidadãos participem plenamente na sociedade, ao

contrário daquilo que, do nosso ponto de vista, deveria acontecer.

É também isso que explica a enorme barafunda que foi, mesmo tentando violar o texto constitucional, a introdução do estudo da religião católica nas escolas.

É este desnorte que pauta este anúncio da suspensão da reforma, que, de modo avulso e sem uma visão integrada, tem avançado aos solavancos, em função da contestação.

Gostaria, por outro lado, de dizer que é demasiado hipócrita o argumento de que a maioria está preocupada com a contestação, aliás, isso vê-se noutros domínios, designadamente nos domínios sociais. Se a maioria está tão preocupada com a contestação social, queremos ver em que medida é que vai travar ou não algumas medidas extremamente graves que tem anunciadas para outros domínios e que se propõe fazer aprovar, impondo a sua força e não a sua razão.

Julgo que esta discussão que hoje aqui se está a fazer será, sobretudo, um pretexto para o Sr. Ministro e a sua equipa explicarem, finalmente, aquilo que, até agora, não foram capazes de dizer e que é o que é que pretendem com esta suspensão, até quando é que ela vai funcionar e qual é o seu projecto alternativo, porque se ele existe, até agora, continua na maior das clandestinidades.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Teixeira Lopes.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Sr.^a Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: De facto, parece que os Deputados da maioria engoliram uma *cassette*.

Vozes do PSD: — Ah!...

O Orador: — É verdade! É verdade! E é justo que se diga isto!

Os senhores não encontram outro argumento para a suspensão da reforma curricular, seja qual for a área de discussão, que não seja a questão financeira e o «estado em que o PS deixou o País»!... Só que este argumento vai perdendo valor ao longo do tempo e vai revelando, acima de tudo, que, da vossa parte, existe apenas uma ortodoxia económico-financeira e não uma ideia para o País. Este é um aspecto que cada vez se nota mais, até à exaustão, até à saciedade, quase chega a ser — perdoar-me — um tédio ouvir semelhante repetição.

De facto, na exposição de motivos para a suspensão desta reforma, está o busílis da questão — «A garantia de disponibilidade dos instrumentos para uma avaliação rigorosa das implicações financeiras...». É esta a questão!

Aliás, o Sr. Ministro, que tanto criticou os programas que a reforma contempla, chegando a dizer, juntamente com Vasco Graça Moura — excelente poeta, excelente tradutor, mas, certamente, do ponto de vista ideológico, alguém situado mais à direita no espectro político nacional —, que o novo programa de Português, por exemplo, era um gravíssimo escândalo, uma aberrante situação a merecer intervenção presidencial, reflexo de um deplorável complexo de esquerda retrógrado que tem vergonha do passado de Portugal, pois o Sr. Ministro está agora a executar e com vigor esse mesmo programa...!

Diz, porém, o Sr. Ministro que o programa está em vigor por questões financeiras, porque as editoras já tinham os manuais feitos. Ou seja: mais uma vez as questões financeiras

ras! Até aqui se nota que o Governo, num exercício de esquizofrenia política, sacrifica aqueles que são os seus ideais em função do que são as disponibilidades financeiras.

Mas o Bloco de Esquerda também fez críticas à reforma apresentada pelo anterior governo à revisão curricular do ensino secundário.

Vozes do PSD: — Ah!...

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Ao fim de 2 minutos e 14 segundos é que se lembrou disso!

O Orador: — O Bloco de Esquerda fez críticas e mantém-nas!

Eu fui consultar as *Actas* dos trabalhos parlamentares, e quero dizer-lhe que fizemos críticas, que mantemos, e também fizemos apreciações positivas, que mantemos. E, de entre essas apreciações positivas, salientámos as mais inovadoras, como sejam a introdução das áreas curriculares transversais, embora não disciplinares, de educação para a cidadania, de projecto e de acompanhamento de estudo, que são fundamentais para um ensino avançado.

O que este Governo faz, refugiando-se na questão orçamental, é, pura e simplesmente, recuar em vez de potenciar aquilo que seria um avanço significativo no processo de aprendizagem, nas metodologias e na interacção pedagógica. E recua porque nada tem a oferecer no que diz respeito ao melhoramento das condições de exercício da aprendizagem nas escolas, à questão dos espaços, à questão dos equipamentos e à questão da formação de professores. E nós sabemos agora porquê: porque o orçamento para a educação é um desrespeito para com todos aqueles que trabalham neste sector. Iremos discutir isso mais tarde com algum pormenor.

De facto, temos as mais baixas taxas de escolaridade e de abandono escolar precoce, e estas medidas seriam essenciais para combater o abandono escolar precoce; e temos as mais altas taxas de desemprego docente, e estas medidas permitiriam — e bem! — a contratação de novos docentes. Este não é um instrumento para contratar novos docentes, não é essa a sua razão de ser; é, antes de mais, um instrumento para melhorar a qualidade pedagógica, no entanto, iria permitir essa contratação, porque faltam docentes no acompanhamento do estudo e nestas áreas curriculares transversais, que são fundamentais para que não se verifique o que alguns estudos demonstram, ou seja, que mais de metade dos estudantes até aos 16 anos estão desmotivados em relação à frequência da escolaridade e sentem-se obrigados a ir à escola.

Ora, haver estudantes que se sentem obrigados a ir à escola demonstra o fracasso daquilo que é a utilidade social da escola. Haver estudantes que não se sentem motivados para ir à escola, que sentem que há um divórcio entre as suas aspirações e as suas necessidades e aquilo que a escola oferece é, de facto, constrangedor.

Este Governo, em vez de avançar, em vez de propor novos meios, recua. O Sr. Primeiro-Ministro, no discurso da *rentrée*, disse que queria um País mais culto e qualificado, mas, com este Orçamento do Estado, com esta política, com este zigzag, o que vamos ter é mais abandono escolar precoce, é mais insucesso escolar, é, acima de tudo, pior qualidade pedagógica.

Por isso, Sr. Ministro, «salte do barco» enquanto ainda é tempo!

O Sr. Gonçalo Capitão (PSD): — Quem é que falou em dinheiro?!

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Só falou em dinheiro!

Risos do PS.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro da Educação.

O Sr. Ministro da Educação: — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: Devo confessar que fiquei surpreendido, pela avocação ao Plenário da discussão do decreto-lei de suspensão e fiquei surpreendido porque pensava que ainda havia bom senso nestas coisas.

Entendo que a Assembleia da República, com certeza, terá uma preocupação relativamente ao futuro e aos desafios que temos pela frente, que não obviamente, relativamente ao passado. O que está presente, neste acto de avocação,...

O Sr. António Braga (PS): — Não, não! O que está em jogo é o futuro, o passado já foi julgado nas urnas!

O Orador: — O que está em causa, relativamente a esta avocação ao Plenário, é precisamente uma visão que considero profundamente autista, de um acto que repõe equilíbrio e, acima de tudo, abriu portas, quando o anterior governo as tinha fechado.

O Sr. António Braga (PS): — Prove!

O Orador: — De certa forma, a reacção e a posição do anterior governo ou dos anteriores governos do Partido Socialista já revelavam uma grande dose de autismo ao não aceitar contributos, apelos, chamadas de atenção no que diz respeito a dizer «tenham cuidado, vejam lá...». Mas não ouviram!, não quiseram ouvir! E, pior do que ser surdo, claramente, é não querer ouvir!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — É verdade!

O Orador: — Esquecem-se igualmente de que o Partido Social Democrata, à semelhança também do Partido Popular, quer durante a campanha eleitoral quer no seu programa eleitoral, incluíram de forma expressa a suspensão da revisão curricular,...

Vozes do PS: — Ninguém contesta a legitimidade!

O Orador: — ... mas o PS continua a não perceber o que é que aconteceu! Continua a não perceber por que é que perdeu as eleições, continua a não perceber que há compromissos eleitorais que têm de ser respeitados!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PS.

Vozes do PCP: — É verdade!

O Sr. Paulo Pedroso (PS): — O «choque fiscal» onde é que está?

O **Orador**: — Eu tinha esperança de que este autismo dos responsáveis pela educação do Partido Socialista tivesse terminado no dia das eleições. Pelos vistos, mantém-se. E pelos vistos, também vai manter-se porque continuo a ouvir afirmações que fico claramente..., enfim, não direi escandalizado, porque já estou habituado, mas fico surpreendido, porque pensava que já havia um pouco mais de bom senso,...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Aqui não há bom senso, só na oposição!

O **Orador**: — ... que estas «curas» de oposição sempre fazem! Mas não! Na verdade, quando ouço o Sr. Deputado António Braga a dizer que a revisão curricular custava zero...

O Sr. **António Braga** (PS): — Exactamente!

O **Orador**: — ... nem quero acreditar...!

É pena, o antigo *Diário Popular* tinha aquela secção das anedotas, não era?, a quem se pagava um tanto pela melhor anedota da semana — esta ganhava, de certeza, o concurso da melhor anedota da semana!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Risos do PS.

Mas é óbvio que o Partido Socialista teve o cuidado de pôr o Sr. Deputado António Braga a intervir!

Vozes do PSD: — Claro!

O **Orador**: — Também aí podemos tirar as ilações políticas desta opção.

O Sr. **António Braga** (PS): — Temos um novo analista, hoje, quando estávamos à espera do Sr. Ministro!

Risos do PS.

O **Orador**: — Mas vamos, então, às razões que estão expressas no preâmbulo — e não é só aquela que o Sr. Deputado João Teixeira Lopes referiu. O Sr. Deputado João Teixeira Lopes tem de olhar para o texto todo, não é só para aquilo que lhe interessa.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Claro!

O **Orador**: — Portanto, tenha cuidado, porque, enfim, alguma ética e deontologia profissional não lhe fazem mal algum... É porque olhar só para uma palavrinha ou para uma linha e esquecer as outras, isso não se faz.

Srs. Deputados, há uma clara falta de visão estratégica na revisão curricular aprovada pelo anterior governo.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — É evidente!

Risos do PS.

O **Orador**: — E essa falta de visão estratégica é uma falta de visão sobre o que se quer para o futuro do ensino secundário. Não é com esta revisão curricular que se vão combater as elevadas taxas de insucesso e de abandono,...

O Sr. **Paulo Pedroso** (PS): — Se não é com esta, então com qual é?

O **Orador**: — ... não é com esta revisão curricular que se faz a opção estratégica de articulação entre o sistema educativo e o sistema de formação,...

O Sr. **António Braga** (PS): — Não é?! Então, como é?

O **Orador**: — ... não é com esta revisão curricular que se combate a especialização precoce, conduzindo quer a uma rigidez acrescida no acesso ao ensino superior quer a uma rigidez excessiva nas formações que conduz também à falta de flexibilidade na integração no mercado de trabalho.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Não é com esta revisão curricular que se define claramente o que é que se quer do ensino tecnológico e do ensino profissional. Aquilo que se quer com esta revisão curricular que o Partido Socialista queria ver aplicada é, precisamente, uma grande confusão e a sobreposição entre estas duas áreas.

Não era com esta revisão curricular que se conseguiria aquilo que é um objectivo estratégico: a maior articulação e mesmo integração do 3.º ciclo do básico com o secundário.

Não era, obviamente, com essa revisão curricular que se conseguiria, nos próximos anos, começar a preparar os alicerces do sistema para avançar na escolaridade obrigatória, para além do que ela é, que são os nove anos.

Vozes do PS: — Então, não é?!

O **Orador**: — Não é!

Poderemos dizer que, quando se diz que essa revisão curricular custava zero, se demonstra claramente a irresponsabilidade total em tomar esta medida. É irresponsabilidade total, já não é pura ignorância ou, se quisermos até, voluntarismo. Não! É irresponsabilidade total!

E eu entendo que o sistema de ensino precisa de rever, precisa de reformar, precisa de alterar várias coisas que estão mal no ensino secundário. Estamos plenamente de acordo com isso, mas não queiram impor ao Governo uma estratégia que não é a sua.

Protestos do PS.

O Governo tem uma estratégia relativamente a este ponto e, em seu devido tempo,...

Vozes do PS: — Ah!...

O **Orador**: — ... que não será muito longínquo,...

Protestos do PS.

... apresentará o documento orientador para discussão pública daquilo que entendemos que deve ser a revisão curricular.

Agora, não tenham pressa, porque temos ainda que fazer mais algumas coisas antes para que esse documento possa ter condições de discussão alargada e, acima de tudo, de discussão séria.

O Sr. Paulo Pedroso (PS): — O Sr. Ministro promete diálogo...

O Orador: — Não, não prometo diálogo, Sr. Deputado! Prometo concertação e, acima de tudo, saber ouvir; e, no momento em que é necessário decidir, também decidir, que é uma coisa que os senhores não sabem fazer!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Srs. Deputados, ainda estou para saber por que é que, perante o quadro de aprovação e de implementação da reforma ou da revisão curricular, as equipas ministeriais responsáveis por essa reforma se demitiram e «abandonaram o barco»!

Vozes do PS: — Demitiram?!

O Orador: — É o que sei! Ou, então, por que é que o Sr. Eng.º Guterres terá, no fundo, «dispensado» as equipas que foram responsáveis pela revisão curricular...

A Sr.ª Ana Benavente (PS): — Como assim?

O Orador: — ... e assim ter aberto a porta a uma nova equipa que nada tinha a ver com a revisão curricular?!

Foi porque a revisão curricular já não era suficientemente importante para o Governo. Não há outra conclusão! Ou seria porque os próprios responsáveis do Partido Socialista já tinham percebido o descalabro financeiro que esta revisão curricular implicava e que era necessário suspender essa mesma revisão? Estou a tentar perceber algumas coisas e, com o tempo, nós vamos lá!

Vozes do PSD: — Exactamente!

Protestos do PS.

O Orador: — Quero igualmente dizer que apostamos claramente numa revisão com futuro, com inserção nos objectivos estratégicos de desenvolvimento do sistema educativo, que não é andar a fazer remendos e, acima de tudo, a tentar substituir o que é certo, que é o gasto, por aquilo que é incerto, que é a qualidade da educação.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. António Braga (PS): — Não se sabe bem o que é! O Sr. «Deputado» David Justino disse nada!

A Sr.ª Presidente (Leonor Beleza): — Para formular pedidos de esclarecimento, inscreveram-se os Srs. Deputados Isabel Pires de Lima, Isabel Castro, Ana Benavente e Bernardino Soares.

Tem a palavra a Sr. Deputada Isabel Pires de Lima.

A Sr.ª Isabel Pires de Lima (PS): — Sr.ª Presidente, Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados, a suspensão da revisão curricular foi das primeiras medidas anunciadas pelo Sr. Ministro da Educação.

Tal anúncio não foi, até agora, acompanhado da divulgação de qualquer projecto alternativo para o ensino secundário.

O Sr. António Braga (PS): — De nada!

A Oradora: — Na sua intervenção, o Sr. Ministro limitou-se a fazer oposição à revisão curricular...

O Sr. Paulo Pedroso (PS): — Muito bem!

A Oradora: — ... como se continuasse a ser Deputado e não Ministro!

Aplausos do PS.

Apenas anuncia, o Sr. Ministro, que a revisão curricular entrará em vigor em 2004, recorrendo entretanto a medidas avulsas da revisão curricular que revogou como sejam novos programas para 11 disciplinas. Porquê, Sr. Ministro, uma decisão pontual deste tipo? Porquê, estes e não outros programas? Por detrás destas medidas descontextualizadas, há alguma estratégia delineada? Qual a sua arquitectura, metodologia e dentro de que prazos será fomentada?

O Sr. António Braga (PS): — Muito bem!

A Oradora: — Tínhamos a sensação — mas agora, depois da sua intervenção, temos a certeza! — de ter voltado aos «velhos tempos» em que na Educação, quando se tratava de intervenções de fundo no sistema, se «navegava à vista», em ambiente de secretismo e de desprezo pela opinião qualificada dos agentes educativos.

O Sr. António Braga (PS): — Muito bem!

A Oradora: — Uma das virtualidades da revisão curricular foi criar alternativas de formação artística, tecnológica e profissional ao nível secundário dentro de um modelo que permitia ao estudante mudar de percurso a meio e mesmo no fim com um mínimo de perda de tempo.

Isto permitia, aliás, rentabilizar recursos físicos e humanos instalados — e até então não organizadamente registados — e responder a um consenso nacional da existência de um défice no ensino técnico-profissional.

Ora, o Sr. Ministro anuncia, agora, designadamente, em sede de Comissão parlamentar, o retrocesso! Repito: retrocesso, retrocesso à luz das recomendações da Unesco, do processo Delors e mesmo do importante estudo nacional coordenado por Roberto Carneiro! E o retrocesso, que tem a ver com um modelo de formação generalista, fechada à diversidade, às formas flexíveis e polivalentes, é-nos revelado por anúncio feito a par da intenção de estender, a médio prazo, a escolaridade obrigatória ao 12.º ano.

Pergunto, Sr. Ministro: como vai conjugar o efectivo afunilamento da oferta no secundário com uma concepção de escola inclusiva que a natureza do ensino obrigatório implica? Como vai conseguir sucesso escolar? Como vai projectar e desenvolver o ensino secundário para todos?

O Sr. António Braga (PS): — Muito bem!

A Oradora: — Eram este «segredos» que queríamos conhecer!

Aplausos do PS.

A Sr.ª Presidente (Leonor Beleza): — Estou informada de que o Sr. Ministro vai responder no final deste grupo de perguntas.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

A Sr.^a **Isabel Castro** (Os Verdes): — Sr.^a Presidente, o Sr. Ministro da Educação conseguiu fazer uma coisa espantosa: não respondeu a qualquer das questões, teimou em amarrar-se ao passado, fala de modo abstracto do futuro e nada diz em relação ao presente.

Ora, aquilo que está em discussão, Sr. Ministro, é o presente! Não estamos a ajustar contas em relação ao passado. Não se questiona se, eventualmente, daquilo que estava em vigor, do ponto de vista do actual Governo, é negativo. Agora, o que se questiona e é totalmente inaceitável é que não tenha uma ideia sobre aquilo que vão fazer, como, quando, e com que objectivos!

Aliás, Sr. Ministro, aquilo que também tem de explicar à Câmara — e não é num futuro qualquer risonho onde todos os enigmas e mistérios serão decifrados — é como é que resolve questões concretas que são insucesso, que são desigualdade dentro da escola ou a exclusão e que têm de ser reduzidas. Sobre isto, nada disse, mas tem o dever de dizer e não de continuar a fazer ajustes de contas que, naturalmente, nada interessam nem ao Parlamento, nem aos cidadãos, nem às famílias que estão preocupadas com aquilo que o Governo pensa fazer e que têm o direito de saber.

Por último, Sr. Ministro, gostava de dizer-lhe que não deixa de ser lamentável que uma vez mais, naquilo que é a sua ambiguidade de discurso, a única coisa sobre a qual é claro é nos gastos. Ou seja: o discurso teima em centrar-se sobre a educação como um custo, como uma sobrecarga, e não como um investimento e um investimento com futuro. E é isto, do nosso ponto de vista, que é gravíssimo e é sobre isto que o Sr. Ministro e a sua equipa continuam sem ter pensamento, sem ter clareza, sem ter projecto. E naturalmente isso é grave!

Aplausos do Deputado do BE João Teixeira Lopes.

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Benavente.

A Sr.^a **Ana Benavente** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Ministro da Educação, um comentário, muito breve, e uma pergunta.

Permita-me comentar-lhe que não lhe fica bem, como sociólogo, agitar o fantasma dos «alunos-cobaias» que o Sr. Ministro referiu numa reunião com pais, explorando medos e preconceitos, quando sabe — e sabe-o muitíssimo bem! — que não fizemos qualquer alteração, nomeadamente, no ensino secundário, tema que hoje debatemos, aqui!

O Sr. **Paulo Pedroso** (PS): — Exactamente!

A **Oradora**: — Não houve mudanças no ensino secundário! Apesar de termos herdado uma situação de grande desacerto entre programas e avaliação, cumprimos escrupulosamente os compromissos assumidos pelo anterior governo e preparámos, demorada e fundamentadamente, uma revisão — essa que o Sr. Ministro suspendeu.

Os 11 programas que vão entrar em vigor — e na Comissão de Educação, Ciência e Cultura o Sr. Ministro confirmou que assim seria, porque foi assumida uma responsabilidade com os editores — estão em contradição com o actual currículo. E eu dou-lhe dois exemplos:...

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Sr.^a Deputada, o seu tempo acabou.

Peço-lhe que conclua.

A **Oradora**: — ... o tempo para o programa de Português é desacetado, porque implica mais horas do que as que estão previstas no programa, e há mais trabalho de laboratório integrado nestes programas que vai duplicar a utilização dos laboratórios.

Qualquer pessoa que está nas escolas sabe que isto vai trazer instabilidade. Portanto, pergunto ao Sr. Ministro como é que «com tanta preocupação com gastos» vai gastar dinheiro mal gasto, desbaratar recursos, visto que vai haver uma duplicação do trabalho de laboratório, nomeadamente nas áreas da Físico-Química, Geologia e Biologia. E isto é dito por todos os professores destas áreas, os quais, aliás, queria saudar reconhecidamente na véspera do Dia Mundial do Professor!

Aplausos do PS e do Deputado do BE João Teixeira Lopes.

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Sr.^a Presidente, disse o Sr. Ministro da Educação, entre numerosas outras coisas nem tanto centradas sobre as questões que aqui foram colocadas, que a reforma não é para andar a fazer remendos — e disse bem! Isso está certo!

Vozes do CDS-PP: — Óptimo!

O **Orador**: — Mas o que lhe pergunto é se o Governo não tem andado a fazer remendos nesta matéria... É porque o Sr. Ministro não respondeu à questão de saber se à suspensão geral correspondeu ou não a casuística do avanço nalgumas questões e que razões é que levaram a avançar nessas matérias tão particulares e tão casuísticas e desprovidas de enquadramento geral, que, manifestamente — aliás, como o Sr. Ministro confirmou —, ainda não foi anunciado pelo Governo.

A segunda questão tem que ver com os gastos.

O Sr. Ministro, diga-nos lá quanto é que poupou! É porque deve ter feito essas continhas,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — «Continhas»?!

O **Orador**: — De facto, quando se olha para o discurso do Governo e da maioria é isso que releva: a contabilidadezinha...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — A «contabilidadezinha»?

O **Orador**: — ... da diminuição do défice e do investimento em educação!

Quanto é que poupou nesta suspensão sem apresentar alternativa? Diga-nos lá, Sr. Ministro!

E diga-nos também se não foi uma preocupação com contenção de despesas em vez de uma preocupação com investimento na educação que levou, por exemplo, a mais uma medida casuística de reduzir de dois para um os pro-

fessores presentes nas áreas de estudo acompanhado ou nas áreas tecnológicas.

Diga-nos se isso não foi uma preocupação de contabilidade, de diminuição dos custos, das «continhas» da diminuição do défice, à custa do investimento na educação, à custa da resolução de problemas de desigualdades reais que existem na escola, à custa de não dar a alunos com mais dificuldades a possibilidade de recuperarem na sua formação, à custa de não combater a desigualdade no nosso sistema de ensino! É isso que custa a sua «contabilidadezinha»!

Voices do PCP: — Muito bem!

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Educação.

O PSD e o CDS-PP deram ao Governo os tempos que lhes restavam.

O Sr. **Ministro da Educação**: — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: Vou começar precisamente por responder ao pedido de esclarecimento feito pelo Sr. Deputado Bernardino Soares, sem desprimor, mas por lógica de exposição.

O Sr. Deputado Bernardino Soares entende que o combate à desigualdade social se faz com dinheiro e eu entendo que não.

Risos do BE.

Voices do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Sem dinheiro é que não se faz!

O **Orador**: — Da mesma forma que se fala aqui daquele velho chavão da «escola inclusiva», devo confessar que prefiro a escola promotora da liberdade à escola promotora da igualdade.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PS.

Nesse sentido, percebam os Srs. Deputados de esquerda que há claramente uma concepção ideológica nas políticas que eu tenho adoptado e que quero continuar a adoptar...

Voices do PS: — Ah!...

O **Orador**: — ... e que não é em nada confundível com o arrazoado de tecnologia educativa, mais comumente designado por *éduqués*, que os senhores estão sempre a repetir neste Plenário.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Quando vim para aqui, pensava que vinha discutir as razões da suspensão da revisão curricular.

Voices do PS: — Também nós!

O **Orador**: — Afinal, aquilo que os Srs. Deputado querem saber é o que é que eu quero fazer da revisão curricular.

Voices do PS: — Com certeza! É isso mesmo!

O Sr. **António Braga** (PS): — Por que é que a suspendeu?

O **Orador**: — Srs. Deputados, não sejam tão ansiosos. A seu tempo, com calma, com muito tempo, teremos oportunidade de debater isto.

No fundo, lembrou bem a Sr.^a Deputada Ana Benavente que demorou quase seis anos a preparar e a estruturar esta revisão curricular. Agora, não queiram que eu possa encontrar resposta em seis meses. Podem ter a certeza de que, ao fim de seis anos, os senhores já não sabiam muito bem o que é que queriam,...

Protestos do PS.

... mas eu, ao fim de seis meses, sei o que é que quero e vou dizer claramente o que é que vou fazer.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Os Srs. Deputados têm de ter alguma paciência!

O Sr. Deputado Vicente Jorge Silva deixe lá a canalha também falar nestas coisas que são importantes — a canalha também é «guterrista», por amor de Deus.

Mas vamos acima de tudo não pensar as coisas de forma apressada e respeitar uma coisa muito simples: é que nós temos o nosso calendário e a nossa estratégia, não queiram que eu altere a estratégia que tenho, porque não altero!

A Sr.^a **Ana Benavente** (PS): — Mas qual é a estratégia?

O Sr. **Paulo Pedroso** (PS): — Diga qual é a estratégia!

O **Orador**: — Srs. Deputados, vamos fazer o seguinte: eu estou disponível para dedicar uma sessão, em Plenário, sobre o que é que o Governo entende e quer da revisão curricular. Os senhores recorrem à figura regimental que entenderem e eu estou disponível para cá vir, mas agora não me façam falar daquilo para que não fui convocado.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Ora bem!

O Sr. **Paulo Pedroso** (PS): — Mas, depois, a maioria chumba o pedido! Não o deixa vir cá!

O **Orador**: — Quero igualmente dizer que o problema não é de segredos mas, sim, de coisas que devem ser preparadas a seu devido tempo. O documento tem de ser preparado e deve ser discutido a seguir. Nessa altura, irão dizer se as medidas são boas ou más, se concordam ou não com elas — é tão simples quanto isso!

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — A Sr.^a Deputada Ana Benavente veio falar na instabilidade. Sinceramente, fico surpreendido, porque, na verdade, não vejo que eu consiga provocar mais instabilidade do que aquela que a senhora conseguiu provocar ao longo de seis anos.

Voices do PSD: — Muito bem!

Vozes do CDS-PP: — Isso é impossível!

Protestos da Deputada do PS Ana Benavente.

O Orador: — Não consigo ver, sinceramente! E posso garantir-lhe...

A Sr.^a Presidente: — Sr. Ministro, o seu tempo terminou.

Peço-lhe o favor de concluir.

O Orador: — Vou terminar, Sr.^a Presidente.

E posso garantir-lhe que aquilo que quero fazer, quer no ensino secundário quer no 3.^o ciclo do ensino básico, irá ser devidamente ponderado e discutido, e que, acima de tudo, com calma e visão estratégica será implementado a seu devido tempo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a Presidente (Leonor Belez): — Srs. Deputados, chegámos ao fim da apreciação do Decreto-Lei n.º 156/2002 [apreciação parlamentar n.º 2/IX (PS)]. Informo que não deram entrada na Mesa propostas de alteração ao texto deste decreto-lei.

Vamos passar agora à apreciação do Decreto-Lei n.º 185/2002, de 20 de Agosto, que define o regime jurídico das parcerias em saúde com gestão e financiamento privados [apreciação parlamentar n.º 3/IX (PCP)].

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sr.^a Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O objectivo do Governo com este diploma que hoje apreciamos não poderia ser mais claro: trata-se de privatizar novos hospitais a construir.

De resto, basta ler o preâmbulo do decreto-lei que diz que uma das prioridades é a «(...) mobilização do investimento não público no sistema de saúde, fazendo participar crescentemente os sectores privado e social (...)». É, aliás, um objectivo comum a várias medidas do Governo. Mesmo no caso da chamada «empresarialização», por detrás da titularidade pública da gestão está a possibilidade de privatização dos serviços, mesmo dos que prestam cuidados de saúde. Trata-se, pois, de um «desígnio» governamental.

Basicamente, podemos encontrar dois argumentos para justificar estas medidas da parte dos agentes da privatização: um, o da eficiência privada na gestão; outro, o da inexistência de capacidade de financiamento pública para os novos hospitais.

Quanto ao primeiro argumento, diga-se em abono da verdade que a situação de falência em que está a maioria das unidades privadas de saúde compromete essa ideia de eficiência da gestão privada. Por outro lado, tal argumento assenta na ideia da «inevitável» ineficiência da gestão pública, quando sucessivos governos, incluindo os do PSD, se recusaram a aplicar as mais elementares medidas de responsabilização e melhoria da gestão.

Quanto ao segundo argumento, o da inexistência de capacidade de financiamento pública, diga-se, desde logo, que se encontra em todos os Orçamentos do Estado alternativa de financiamento, mas, mesmo recorrendo ao endividamento, certamente que os encargos com tal divi-

da seriam inferiores ao que será pago ao investidor privado, como, aliás, o comprovam as experiências de outros países.

De facto, outros países, com destaque para o Reino Unido onde já há vários anos existem as chamadas *private finance initiatives*, têm vindo a concluir que as verbas pagas pelas autoridades públicas de saúde são superiores às que despenderiam fazendo investimento próprio.

Mas o exemplo britânico é também relevante noutro aspecto: porque traduz igualmente o efeito, para as populações, da entrega de unidades de saúde ao sector privado. É significativo o exemplo do hospital de Worcester em que a gestão privada anunciou agora que pretende reduzir, nos próximos dois anos, em 50% o número de camas para internamento e em que se verificou uma duplicação dos custos para a autoridade local pública da saúde em relação aos que estavam inicialmente previstos — e este é só um exemplo.

De resto, nem é preciso ir tão longe, basta olhar para a experiência do nosso Hospital Amadora-Sintra. É, aliás, particularmente significativo que o Governo continue a furta-se a fazer o balanço da experiência da gestão privada do Hospital Amadora-Sintra, um hospital do Serviço Nacional de Saúde. Nada justifica que antes de avançar com novas experiências privadas não se faça um balanço da que existe. É tão-só isto que pedimos!

Bem sabemos por que é assim: é que o balanço que se vai conhecendo é pouco abonatório para a gestão privada. São os 15 milhões de contos que, segundo o relatório da Inspeção-Geral de Finanças — que o Governo ainda não enviou ao Grupo Parlamentar do PCP, apesar de requerido pelas vias regimentais adequadas, mas que já vem referido nos jornais (bem se vê a forma como o Governo trata a Assembleia da República!) —, durante este anos foram pagos a mais à entidade gestora privada; a ausência de quaisquer fiscalização e acompanhamento ao longo de todos estes anos, de forma que hoje não se sabe quais foram os actos de saúde verdadeiramente praticados e que devem ser remunerados segundo o contrato; o pagamento, nos últimos meses de 1995, ainda no tempo dos governos do PSD, de 750 000 contos à entidade gestora por esta estar a gerir essa fase de transição quando ainda era o Estado que estava a gerir — era a administração regional de saúde que pagava os salários, as despesas correntes e não a entidade gestora privada.

Vimos também a desvalorização que o governo anterior fez, pela pena do ex-Ministro Correia de Campos, do relatório da administração regional de saúde. Além disso, o actual Governo louvou como positiva a desvalorização de um relatório em que se levantavam sérias e fundadas dúvidas sobre a forma como tem sido remunerada a administração deste hospital e, em contrapartida, fez uma acérrima defesa dessa solução.

Vêem-se também as deficiências do serviço prestado às populações e a perda que tem este hospital em comparação com outros.

Não se percebe, portanto, por que é que o Governo, no momento em que quer avançar pelo menos com 10 novos hospitais em modelo de gestão privada, não admite fazer o balanço da gestão privada que já existe! É tão-só isto que se pretende e que o Governo se recusa a fazer! Portanto, isto legitima a ideia que temos de que o faz porque sabe que as conclusões não são positivas para a gestão privada e, portanto, não quer assumir esse ónus desde já!

A lógica que está aqui introduzida é uma lógica que não serve aos portugueses, que não serve à boa prestação de cuidados de saúde: é a lógica do lucro na gestão, é a lógica de que, face à transferência anual que o Estado fará para estes hospitais, gastará mais do que gastaria se fosse o próprio Estado a investir. Sim, é que o Governo pode dizer que agora vai haver investimento privado para construir os hospitais mas esse investimento vai ser todo pago pelo Estado, e muito mais do que foi investido, ao longo dos anos de concessão, compensando o investimento privado por esse investimento — e não é isso que está em causa — e, sobretudo, gastando mais do que gastaria se fosse o próprio Estado a investir nesta matéria!

Esta lógica da prestação anual transferida para a entidade privada, à qual ela retirará o lucro, que será tanto maior quanto menor for a despesa feita, é perniciosa porque introduzirá, como sucede, por exemplo, no Hospital Amadora-Sintra, critérios de limitação da qualidade e das prestações de saúde, por forma a diminuir a despesa e, portanto, com isso, aumentar as margens de lucro.

Trata-se da mercantilização da saúde!

Vozes do PCP: — Exactamente! Muito bem!

O Orador: — É isto que temos, neste momento, em cima da mesa com o decreto-lei do Governo.

Trata-se de entregar, cada vez mais, aos interesses privados aquilo que deve ser assegurado pelo interesse público e que lhe deve estar totalmente subordinado.

Nem se diga que não é possível, no interesse público, responsabilizar a gestão, responsabilizar os métodos de gestão, obter resultados e exigir produtividade, porque, na gestão pública, isso é tudo possível! Simplesmente, o Governo não quer ir por esse caminho, porque o que o preocupa não é a melhoria da produtividade, não é a melhoria da gestão, é apenas abrir mais mercado para os sectores privados nesta área, como assume, explicitamente, na nota justificativa deste decreto-lei.

Foi, pois, por esta razão que o PCP trouxe a apreciação parlamentar este decreto-lei e que proporá, no decurso deste debate, a cessação da sua vigência: porque entendemos que este decreto-lei e este novo regime prejudica os portugueses, prejudica o Estado português, prejudica o Ministério da Saúde e, a ser aplicado, traduzir-se-á não numa melhoria dos cuidados de saúde mas em piores cuidados de saúde para as populações e, em simultâneo, mais gastos para o Estado, mais gastos para o Ministério da Saúde e para o erário público.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Manso.

A Sr.^a Ana Manso (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O debate sobre as parcerias na saúde que o Partido Comunista quis trazer a esta Câmara exige que se convoque uma velhíssima querela que sempre nos dividiu e que sempre nos há-de dividir: a das divergências conceptuais geradas por diferentes sistemas de valores ideológicos, doutrinários e, por consequência, programáticos.

O Partido Comunista olha para o SNS como um valor em si mesmo e não como um instrumento de um bem público essencial que é a saúde dos cidadãos.

O Partido Social Democrata encara o Serviço Nacional de Saúde (SNS) na perspectiva do seu fim, da sua função e utilidade sociais e a partir da ideia de utente. São os cidadãos, os que necessitam de aceder aos cuidados de saúde que representam o ponto de partida para a análise da construção, gestão, funcionamento e desenvolvimento de um sistema integrado de saúde.

Se à decisão política for colocada a questão de ter de decidir entre o interesse interno do sistema e o interesse do utente, não cabe outra resposta que não seja, sempre, a da valorização da pessoa!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — Nenhum sistema de saúde faz sentido se não for pensado, estruturado e gerido em função do doente. E é precisamente esse princípio que leva à consagração constitucional do SNS e à preocupação política do Governo de dotá-lo de múltiplos e variados instrumentos capazes de realizar a sua função social.

Queremos servir os cidadãos, queremos modernizar o sistema, adequá-lo ao espírito de operacionalidade e de racionalidade.

Os portugueses não nos pedem que o nosso combate seja para defender o sistema. Pedem-nos, e exigem-nos, que ponhamos o sistema ao serviço das suas necessidades!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — Mas, Sr.^a Presidente e Sr.^{as} e Srs. Deputados, as nossas divergências não se situam apenas no patamar da ideologia ou da doutrina; elas estão, igualmente, no terreno dos valores.

O PCP associa instintivamente o interesse e a iniciativa privada à exploração e ao preconceito do lucro, não admitindo que se possam desenvolver num complexo de valores que alcance o bem social. Aliás, a alergia antieficácia e lucro vai ao ponto de, pura e simplesmente, esquecer que o diploma que contesta abrange também o sector social. Disso faz tábua rasa!

Nós apoiamos o Serviço Nacional de Saúde. Não temos sobre ele qualquer preconceito do estilo do que anima a bancada comunista em relação à iniciativa privada.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — De facto, o nosso sistema de saúde tem por base o Serviço Nacional de Saúde e por fundamento a saúde dos cidadãos.

Mas, Sr.^{as} e Srs. Deputados, não queremos ficar por aqui, queremos desenvolver outros pilares que complementem, cooperem e estabeleçam regras claras de competição em função dos interesses e das expectativas dos doentes, porque é para eles que o sistema existe.

Neste sentido, o Governo aprovou, recentemente, o diploma que estabelece os princípios e os instrumentos para o estabelecimento de parcerias em saúde, em regime de gestão e de financiamento privado e social. É uma opção clara pelo caminho da mudança do sistema de saúde; é também o virar de página que, há muito, os doentes exigem e os profissionais desejam; mas é, acima de tudo, a concretização de uma política numa linha de coerência, responsabilidade e eficácia em saúde.

Para o PSD, não basta fazer o diagnóstico e lamentar, eternamente, o estado caótico do SNS.

Para o PSD, não basta falar das justas insatisfações da população; das infundáveis listas de espera, da demora na obtenção de operações e consultas ou na falta de médicos e enfermeiros, no descontrolo das despesas e das dívidas e na má gestão e organização.

Para o PSD, é preciso decidir com coragem e agir com determinação. É isso que estamos a fazer, passo a passo, com firmeza e com segurança!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

A **Oradora**: — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Está hoje sobejamente demonstrado que a política de saúde nos últimos anos foi acéfala nos seus objectivos e foi um descalabro na sua organização e nos resultados.

A Sr.^a Luísa Portugal (PS): — Como pode dizer isso?!

A **Oradora**: — Sem ideias nem coragem, os governos socialistas limitaram-se a tentar gerir, sem competência, a diminuição de estragos e rombos que estoiraram um pouco por todo o sistema.

Por isso, hoje estamos confrontados com a necessidade de recuperar, num prazo incrivelmente curto, as opções que adiaram e as oportunidades que desperdiçaram.

O esforço que nos é exigido não permite hesitações nem no caminho nem nas decisões.

Impõe-se uma atitude colectiva de responsabilidade que se traduza num verdadeiro pacto de regime em que todos estejam comprometidos com um objectivo comum: a saúde dos portugueses.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Sr. Paulo Pedroso (PS): — Está muito isolada no seu partido!

A **Oradora**: — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A abertura do sector da saúde à concorrência e à iniciativa privada deve ser vista como um factor estratégico positivo, de maior liberdade de escolha para os utentes e de maior qualidade na prestação pela competitividade induzida.

As parcerias público/privado não beliscam o Serviço Nacional de Saúde; introduzem, isso sim, novos pilares, através da atracção de investimentos privados e sociais em conjunto com os investimentos públicos e, igualmente, da concessão de gestão de instituições públicas a entidades privadas ou sociais.

É o caminho que se deve percorrer na materialização da verdadeira função do Estado: a de regulador com a delimitação da sua função prestadora de cuidados de saúde.

Ao cidadão, o que interessa é ser bem servido, pouco lhe importará que isso se consiga numa instituição de gestão pública ou de gestão privada.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

A **Oradora**: — Importa-lhe é ser bem tratado e para isso deve ter liberdade de escolha, que é a condição primeira de cidadania numa sociedade democrática como a nossa.

O núcleo central dos direitos dos utentes está plenamente salvaguardado no sistema de parcerias. E isto tem a ver com a generalização das acessibilidades e com o carácter

tendencialmente gratuito que já hoje está consagrado na nossa Constituição.

Mas, Sr.^{as} e Srs. Deputados, há quem veja neste tipo de estratégia «o canto do cisne» do SNS, enquanto referencial de valores estruturantes da nossa sociedade e da própria Constituição: a universalidade, a equidade e a acessibilidade tendencialmente gratuita. É assim, essencialmente, porque pensam que estes princípios só serão asseguráveis com modelos públicos de propriedade, organização, financiamento e prestação de cuidados.

É, em nosso entender, uma visão curta e uma distorção forçada da verdade afirmar-se que, com o desenvolvimento do sistema de parcerias, estariam em causa esses valores, gerando-se uma saúde para os ricos e outra para os pobres. Isso, Sr.^{as} e Srs. Deputados, é o que hoje acontece na plenitude e decadência do Serviço Nacional de Saúde.

Será que alguém consegue, ainda hoje, negar a evidência do esgotamento e da falência do actual modelo do Serviço Nacional de Saúde? Não! Certamente que não!

O que queremos, Sr.^{as} e Srs. Deputados, é que haja uma resposta rápida, livre e eficaz. O Estado continuará a pagar por essa resposta; o que não quer, certamente, é pagar pela demora, pelo desperdício, pela falta de rigor e pela ineficiência e ineficácia na gestão!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

A **Oradora**: — No fundo, o sistema de parcerias mais não é do que desenvolver um modelo que tenha por base a contratualização de prestações e de financiamentos e por cultura a ideia de humanização, competitividade e eficácia.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

Protestos do PCP.

A **Oradora**: — Não devemos ter medo dos conceitos e é preciso tornar claro que a dimensão competitiva no sistema estimula todos os operadores, sejam eles os privados, os sociais ou mesmo os públicos.

A ideia de competitividade que este modelo pressupõe contrapõe-se à ideia de acomodação que pode lavar no modelo único e de quase monopólio público que hoje domina a prestação de cuidados de saúde em Portugal.

Por que razão, Sr.^a Presidente e Srs. Deputados, o Governo e os partidos que o apoiam avançam com este modelo? Essencialmente, pelas seguintes razões: em primeiro lugar, porque não se conformam com o actual «estado de coma» do sistema; em segundo lugar, porque querem alcançar uma nova dimensão de cuidados de saúde para os cidadãos; em terceiro lugar, porque querem também melhores serviços de saúde com menores custos, como é natural; em quarto lugar, porque querem uma multiplicidade de meios que dê, verdadeiramente, liberdade de escolha e capacidade de decisão ao doente; em quinto lugar, porque querem uma valorização da qualidade através do espírito de competição no sistema; e, finalmente, porque querem uma repartição do risco, envolvendo investidores privados e sociais no sistema de saúde.

Sr.^{as} e Srs. Deputados: Neste contexto, faz todo o sentido a mobilização do investimento não público no sistema de saúde, fazendo participar, crescentemente, os sectores

privado e social. É isto que queremos, a pensar nas pessoas! É tão simples quanto isto!

Mas estes objectivos políticos determinam, igualmente, a reforma na gestão hospitalar, a política do medicamento, o programa de recuperação das listas de espera e, ainda, a proposta de reorganização da rede de cuidados primários.

Em síntese, Sr.^a Presidente e Srs. Deputados, não me admiram as interrogações e perplexidades sentidas pelo PCP porque em sintonia com o seu quadro de valores.

O PSD percebe a preocupação e a obsessão pelo modelo público único do Serviço Nacional de Saúde, porque conhece o seu preconceito e a sua rigidez ideológica. Rigidez que resulta na vertigem do abismo e na incapacidade de mudar, mesmo quando são óbvias, para todos e todos os portugueses, a necessidade de mudança e a evidência de que o actual sistema está errado.

Certamente, não se admirarão das nossas posições, porque também de acordo com os nossos princípios ideológicos e doutrinários.

Por isso, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a questão essencial é uma opção muito clara: pela doença mortal da continuidade ou pela salvação da mudança.

Porque queremos que o Serviço Nacional de Saúde seja o verdadeiro pilar do sistema, porque acreditamos nas regras da concorrência, porque queremos um Estado mais regulador e menos prestador, porque queremos liberdade de escolha para os doentes, nós, Partido Social Democrata, pelos portugueses e pela sua saúde, optamos, claramente, pela mudança.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a Presidente (Leonor Belez): — Para formular pedidos de esclarecimento, inscreveu-se o Sr. Deputado Bernardino Soares, a quem concedo de imediato a palavra.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr.^a Deputada Ana Manso, não basta dizer mal do que está mal para provar que a alteração é boa; é preciso provar que a alteração é, efectivamente, boa.

Mas quero surpreendê-la dizendo que, nesta matéria, o que nos incomoda não é que haja iniciativa privada em saúde. Não há qualquer problema em relação a isso! E veja bem como vou surpreendê-la: nem há qualquer problema em que essa iniciativa privada tenha lucro. Não é esse o problema! O problema é que os senhores querem que a iniciativa privada tenha lucro à custa do dinheiro público. Esse é que é o problema!

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Claro! É evidente!

O Orador: — E isso demonstra-se bem, como disse na minha intervenção, pelo facto de as iniciativas privadas em saúde estarem a precisar, como de pão para a boca, de dinheiro público para equilibrarem as suas contas.

A Sr.^a Deputada nada disse, como é evidente — e suponho que o Governo também não dirá —, sobre o balanço da experiência do Hospital Amadora-Sintra. Tem algum problema em fazer esse balanço? Se está tão confiante nas potencialidades da gestão privada, vamos a isso!

Vozes do PCP: — Exactamente!

O Orador: — Vamos fazer o balanço dessa gestão privada, Sr.^a Deputada! Vamos fazer a avaliação do modelo que os senhores querem agora impor, quando imposto noutros países, e ver os resultados que deu. Vamos a isso, Sr.^a Deputada, e veremos, então, quais os resultados concretos daquilo que os senhores agora querem impor!

Liberdade de escolha, disse a Sr.^a Deputada. Ó Sr.^a Deputada, nos 10 hospitais que o Governo pretende construir, recorrendo à entrega aos privados, não vai haver qualquer liberdade de escolha; vai haver é uma obrigação de recorrer a unidades geridas por privados. Onde é que está a liberdade de escolha?! Ou só há liberdade de escolha para não escolher o público, não há liberdade de escolha para não escolher o privado?! É esta a sua concepção! E é esta concepção do PSD que é dogmática, rígida e fechada, no intuito de privilegiar os interesses privados na saúde.

Vozes do PCP: — Exactamente!

A Sr.^a Presidente (Leonor Belez): — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Manso.

A Sr.^a Ana Manso (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Bernardino Soares, de facto, a nossa diferença está nos valores ideológicos, no fixismo, na obsessão que o Partido Comunista tem relativamente ao Serviço Nacional de Saúde, que não é a mesma que nós temos relativamente à iniciativa privada.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — O vosso fixismo é defender o capital financeiro!

A Oradora: — A questão que me colocou devia ser colocada à bancada do PS, porque quem nunca seguiu, quem nunca fiscalizou, quem nunca avaliou a experiência do Hospital Amadora-Sintra foi o Partido Socialista.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Vamos fazê-lo agora!

A Oradora: — Mais: como sabe, até admitiu que desconheceu e desvalorizou as recomendações que lhe foram feitas!... Mas também sabe, porque esteve na Comissão de Saúde, que o Sr. Ministro da Saúde já anunciou a constituição de uma comissão arbitral para fazer a avaliação da experiência do hospital Amadora-Sintra!... Portanto, não há qualquer receio relativamente a essa matéria.

O que eu não consigo entender é a alergia que o Partido Comunista tem à mudança, porque o actual modelo do Serviço Nacional de Saúde está completamente esgotado!... Ou quer dizer-me, Sr. Deputado Bernardino Soares, que não está esgotado, quando temos mais de 123 000 doentes em lista de espera, quando mais de 90 000 profissionais — o que representa quatro em cada cinco profissionais — estão insatisfeitos e desmotivados, quando a dívida do Serviço Nacional de Saúde herdada ultrapassa 1,9 biliões de euros, quando estamos com atrasos de pagamento aos fornecedores que põem mesmo em causa os pequenos e potenciais elementos estratégicos para o funcionamento do Serviço Nacional de Saúde!...

A Sr.^a Presidente (Leonor Belez): — Sr.^a Deputada, o seu tempo terminou.

A Oradora: — Muito obrigada, Sr.^a Presidente.
Sr. Deputado, o que é que o anterior governo fez?

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Nós não somos o anterior governo!...

A Oradora: — Não avaliou, não corrigiu, não adoptou medidas práticas, ficou-se pela declaração de intenções. Assim, o que tivemos foi uma ministra de comissões e grupos de trabalho com diagnósticos feitos até por helicóptero, uma ministra que dizia conseguir, «ao virar da página», o défice zero e nada fez e, depois, um ministro «abrasivo» que se limitou a alterar um ponto na Lei de Gestão Hospitalar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É por isso, Sr. Deputado Bernardino Soares, que devia ter colocado à bancada do Partido Socialista as questões que nos colocou. Foi ele que andou seis anos e meio distraído a fazer declarações de intenções e na saúde não actuou nem fez qualquer tipo de inovação ou mudança.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Carito.

O Sr. Luís Carito (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Partido Socialista congratula-se com o facto de o Governo do PSD implementar, no sector de saúde, muitas das formas de gestão pensadas e trabalhadas pelo governo do Partido Socialista na anterior legislatura, ou seja, pelo tal «ministro abrasivo» que a Sr.^a Deputada referiu...

A Sr.^a Ana Manso (PSD): — O ministro da cadeira partida...

O Orador: — ... e por outros que o antecederam.

Aliás, também noutras áreas da saúde muito trabalho foi desenvolvido e preparado por nós, como por exemplo, na dos genéricos. Mas os senhores tentam ocultá-lo, querem que todo o trabalho desenvolvido nessa área e que levou a que, hoje, possamos estar a avançar em determinadas áreas, não tenha a visibilidade de ser do Partido Socialista.

O decreto-lei que apreciamos é um exemplo claro desta situação. Ele surge como fruto do trabalho efectuado por um grupo de missão denominado Parcerias em Saúde, criado pela Resolução n.º 162/2001, de 16 de Novembro, do Conselho de Ministros — penso que a conhecem —, visando desenvolver e implementar experiências inovadoras de gestão, designadamente parcerias público/público e público/privado, aplicando-as aos estabelecimentos hospitalares, aos cuidados de saúde primários e aos cuidados continuados de saúde.

Sr.^a Deputada, nós não somos contra a existência de parcerias público/privado — aliás, quem deu o «pontapé de saída» para essas mesmas parcerias fomos nós —, o que preocupa o Partido Socialista é que o PSD dê seguimento a uma única vertente dessa resolução do Conselho de Ministros, a que tem a ver com as parcerias público/privado, esquecendo-se de legislar sobre a parceria público/

público. E quando falamos das parcerias público/público referimo-nos, por exemplo, ao papel importantíssimo que têm as autarquias locais no desenvolvimento de novas políticas de saúde,...

O Sr. Paulo Pedrosa (PS): — Muito bem!...

O Orador: — ... o que, aliás, os senhores próprios reconhecem através do pacote de descentralização que divulgaram, onde se fala claramente das responsabilidades que as autarquias podem vir a ter na área da saúde.

Assim, o que perguntamos claramente é o seguinte: porquê esta pressa de legislar só sobre os privados? Foi feita a avaliação das experiências inovadoras de gestão lançadas pelos governos do Partido Socialista em hospitais como os de Santa Maria da Feira e do Barlavento Algarvio? Não seria também importante aprofundar estas experiências, dotando os gestores públicos de meios que habitualmente eles não têm?

Sr.^a Deputada, o que é que faz correr o Governo para os braços dos privados? Os senhores já transformaram, neste momento, a «empresarialização» da saúde em privatização, ou seja, transformaram as empresas e deram essa «empresarialização» aos privados e estamos certos de que os senhores jamais permitirão que a privatização se transforme em iberização. Aliás, estamos mesmo certos de que uma das grandes conquistas, na área da saúde, obtida na Cimeira Ibérica do último fim-de-semana terá sido, precisamente, a clarificação deste ponto.

Srs. Deputados da maioria PSD/CDS-PP, este decreto-lei vem pôr em evidência a incoerência de uma série de posições assumidas por VV. Ex.^{as} na discussão da nova Lei de Gestão Hospitalar, que terminou a semana passada. Essa discussão foi muito longa, prolongou-se até altas horas da noite e eu gostaria de vos recordar as sugestões então dadas pelo Partido Socialista no sentido de melhorar essa mesma lei e que os senhores liminarmente recusaram. É que, no fundo, acaba por haver uma certa incoerência no que está consignado neste decreto-lei, que foi antecipado em relação à nova Lei de Gestão Hospitalar, dado que nele estão consagrados muito dos aspectos que focámos na altura e que os senhores liminarmente recusaram.

Lembro, por exemplo, que relativamente aos sectores público e privado, aquando da discussão, na especialidade, da nova Lei de Gestão Hospitalar alertámos VV. Ex.^{as} para a necessidade de serem consignados três sectores, o público, o privado e o social, como consigna o artigo 82.º da Constituição. Os senhores negaram essa nossa proposta e neste decreto-lei está claramente presente a existência de dois sectores, o privado e o social, porque, como é óbvio, o sector público não corresponde exactamente a essa área.

Assinalo também a tal rede de prestação de cuidados de saúde, à qual os senhores deram luz pela primeira vez com a Lei de Gestão Hospitalar, para fazer notar que aquando da sua discussão propusemos a continuidade do Serviço Nacional de Saúde, o que os senhores negaram. Ora, este decreto-lei diz claramente que os privados prestarão cuidados aos utentes do Serviço Nacional de Saúde. Assim, não entendemos por que motivo recusaram a nossa proposta.

Por outro lado, grande discussão tivemos também, aquando da discussão da Lei de Gestão Hospitalar, sobre o tipo de financiamento que iria ser adoptado: VV. Ex.^{as} propuseram que o financiamento fosse feito através de ta-

belas, por actos médicos; nós fizemos uma proposta por capitação.

Ora, neste decreto-lei estão claramente presentes quatro hipóteses de desenvolvimento do financiamento, isto é, falam em tabelas por acto médico, falam em capitação, falam em pacotes de saúde que podem ser financiados e falam ainda noutras formas, que nem sequer especificam. Digamos que, no fundo, este decreto-lei, antecipado no tempo, mostra o vosso estado de confusão e a vossa incoerência.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Belez): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Gonçalves.

A Sr.^a **Isabel Gonçalves** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Partido Comunista Português, através da presente apreciação parlamentar, sugere-nos que as parcerias em saúde com gestão e financiamentos privados são uma «evidente desvantagem» e apresenta — essa é a deficiência deste sistema — a introdução do lucro no sector da saúde como o catalisador de uma deterioração da qualidade e segurança do serviço prestado.

E como se socorre do hospital Amadora-Sintra como exemplo de um sistema de gestão, falido, é importante referir que este hospital foi planeado para 600 camas e para um atendimento muito inferior àquele que hoje presta. No entanto, a grande afluência ao hospital Amadora-Sintra deriva de um dado muito simples e conhecido: no início do seu funcionamento a grande qualidade de atendimento deste hospital era inegável, o que, inevitavelmente, levou a que os utentes o preferissem.

Srs. Deputados, um dos pontos que nos parece importante relevar é, precisamente, a qualidade do serviço de atendimento ao utente aliado à redução das despesas e a uma maior eficiência do Estado neste sector.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Hoje, a palavra utente quase que tem uma acepção negativa. O Governo não pretende continuar a incutir este espírito, quer, sim, imprimir um cunho diferente no acesso à saúde. Assim, num futuro próximo o utente será encarado como um cliente exigente e terá a faculdade de escolher o hospital que o trata melhor, desencadeando uma competição saudável entre as várias instituições na busca de uma melhor prestação de cuidados de saúde.

O Partido Comunista Português acusa igualmente o Governo de mais um ataque ao Serviço Nacional de Saúde, mas este serviço tem, efectivamente, de ser atacado. É importante vincar que o verdadeiro ataque à saúde dos portugueses é a manutenção da saúde nas condições em que se encontra,...

O Sr. **Brandão Rodrigues** (CDS-PP): — Muito bem!

A **Oradora**: — ... ou seja, com infundáveis listas de espera, com o acesso tardio a cuidados de saúde que deveriam ser imediatos, e com muitos outros problemas que continuam a prejudicar os utentes.

Hoje, o Estado actua como financiador, fiscalizador e prestador. O Decreto-Lei n.º 185/2002 visa permitir que o Estado, em determinadas situações, apenas seja fiscalizador, partilhando riscos e benefícios mútuos com as entidades privadas.

Srs. Deputados, nós acreditamos no Estado como fiscalizador de uma actividade tão importante como a da prestação de cuidados de saúde, não na perspectiva que o Partido Comunista Português quer fazer passar com esta apreciação parlamentar: a de permitir lucros fabulosos aos privados.

Na realidade, esta é, mais uma vez, uma falsa questão, porque o lucro que as entidades privadas terão será apenas aquele que o Estado determinar e permitir, depois de garantidas — e é isso o que interessa — a qualidade e a segurança dos cuidados de saúde.

O Sr. **Brandão Rodrigues** (CDS-PP): — Muito bem!

A **Oradora**: — Pela primeira vez, estamos crentes, iremos ter unidades hospitalares ágeis e adaptáveis às realidades exigentes do Serviço Nacional de Saúde.

Aliás, uma das prioridades do Governo é a mobilização do investimento não público no sistema de saúde, fazendo participar crescentemente os sectores privado e social nos diferentes modelos e formas contratuais.

As parcerias envolvem uma diversidade de actividades tais como a concepção, a construção, o financiamento, a conservação e a exploração dos estabelecimentos integrais ou a integrar no Serviço Nacional de Saúde.

Nesta área nevrálgica da saúde, é fundamental que o estabelecimento de parcerias seja feito articuladamente e com uma perspectiva sistemática. Não é desejável que a prossecução do serviço público de saúde mediante o recurso a parcerias com outras entidades seja feita sem que se estabeleçam os princípios gerais a que essas actividades devem estar sujeitas.

O sistema de saúde constitui todo um articulado de meios que exige um acompanhamento permanente e uma actividade global de monitorização que permita que a política de parcerias com o recurso a gestão e a financiamento privado seja correctamente executada.

Deste modo, justifica-se a publicação de um diploma enquadrador para o estabelecimento das parcerias em saúde em regime de gestão e financiamento privados, nele sendo estabelecidos os princípios e instrumentos enformadores.

Um dos instrumentos privilegiados no estabelecimento de parcerias em saúde com recurso a gestão e financiamento privados é o contrato de gestão, que se encontra previsto na Lei de Bases da Saúde.

O contrato de gestão constitui um investimento de natureza concessória, que tem por referencial um estabelecimento de saúde prestador, podendo, através dele, o Estado associar privados na prossecução do serviço público de saúde com transferência e partilha de riscos e recurso a financiamento de outras entidades.

O contrato de gestão reveste, assim, a natureza de verdadeiro contrato de concessão de serviço público, mantendo o Estado em maior grau a responsabilidade, designadamente porque é necessário que todos os cidadãos, sem excepção, tenham o acesso a cuidados de saúde com rigor e qualidade.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

A **Oradora**: — Por outro lado, Sr.^{as} e Srs. Deputados, importa frisar que todos os tipos de prestação de saúde podem ser objecto de parcerias, nomeadamente ao nível dos cuidados de saúde primários, diferenciados e continuados,

cabendo a cada um dos modelos em concreto estabelecer as formas mais adequadas de contratação para cada situação.

Neste sentido, entende-se este diploma como uma solução para definir os contornos desta actividade, nunca desviando a agulha do norte imposto por princípios como a eficiência, a racionalização e, sobretudo, a qualidade nos cuidados de saúde para o utente.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Drago.

A Sr.^a **Ana Drago** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, Srs. Deputados: O decreto-lei que temos hoje, aqui, em apreciação parlamentar, relativo às parcerias entre público e privado, é não apenas o abrir de portas à privatização do Serviço Nacional de Saúde como também, pensamos, o escancarar de portas para que, de facto, deixemos cair o Serviço Nacional de Saúde na sua exigência de qualidade na prestação de cuidados de saúde.

Isto é particularmente claro neste diploma, uma vez que a contratualização aqui definida assenta num carácter competitivo, em que os objectivos são definidos pelos resultados alcançados ignorando os meios necessários para os alcançar, a que se vem juntar o facto da remuneração da entidade privada contratante incluir, entre outros critérios, uma tabela de preços na prestação de cuidados de saúde.

Pensa o Bloco de Esquerda que, a partir do articulado deste diploma, está definida, de facto, mais uma machadada — a machadada que faltava, em relação a outros diplomas — para fazer cair aquilo que é a exigência de qualidade na prestação de cuidados de saúde.

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Muito bem!

A **Oradora**: — Este diploma vem assumir que, na política de saúde do actual Governo, o que conta é o número de actos médicos realizados e não a qualidade com que estes são prestados à população portuguesa. Portanto, a lógica explanada neste diploma, ao abrigo da contratação com as entidades privadas, é que a prestação de cuidados de saúde, através da entrada dos privados, pode transformar-se em nada mais nada menos do que uma «linha de montagem» em que interessa apenas o número de unidades, ou seja, de utentes que passam pelas mãos dos profissionais de saúde.

É neste sentido que este diploma abandona aquelas que consideramos como as linhas orientadoras fundamentais do Serviço Nacional de Saúde em Portugal: a qualidade e a aposta numa saúde preventiva. De tal forma isto é visível neste diploma que a definição dos parâmetros de qualidade e dos modelos de fiscalização é remetida para uma contratualização futura e, portanto, não está definida neste diploma.

Pensamos que a qualidade e a aposta numa saúde preventiva não são compagináveis com a estreiteza dos números que é aqui indicada, porque exigem tempo para que seja estabelecida uma relação de confiança entre os profissionais de saúde e os utentes e também para que os profissionais de saúde possam desempenhar aquele que é o seu papel central de pivô numa educação para-saúde e, portanto, numa óptica preventiva.

Por outro lado, entendemos que este diploma tem um segundo aspecto que é particularmente bizarro e, também, indicativo da posição do Governo no que toca às polícias de saúde. Este decreto-lei permite que seja possível uma contratação dos profissionais de saúde que trabalham no sector público, mas dá uma estranha vantagem ao sector privado, na medida em que os descontos para a reforma ou aposentação são feitos em função dos vencimentos auferidos no seu lugar de origem. Portanto, os privados poderão, a partir deste momento, aliciar os profissionais de saúde com ordenados mais elevados, mas estes vão descontar para os sistemas de aposentação aquilo que era auferido, mais baixo, no sistema público.

Este decreto-lei, no fundo, permite que seja oferecido à iniciativa privada um mercado assegurado, que terá as suas consequências no erário público. No entanto, também assume que o Governo do PSD e do CDS-PP desiste de resolver os problemas de fundo do Serviço Nacional de Saúde e está disposto a desperdiçar aquilo que são os recursos humanos e tecnológicos do Serviço Nacional de Saúde público.

Por fim, este decreto-lei assume a entrega aos privados e à sua lógica de lucro e de mercado daquilo que é o direito à saúde dos cidadãos portugueses. Como sabemos — e o Sr. Deputado Bernardino Soares já indicou —, isto ficará mais caro ao erário público do que uma gestão pública bem feita.

Portanto, o Bloco de Esquerda opõe-se a este diploma.

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Muito bem!

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

A Sr.^a **Isabel Castro** (Os Verdes): — Sr.^a Presidente, Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Parece-nos importante esta discussão, que tem sido travada demasiadas vezes plena de equívocos, porque, uma vez mais, o Governo, com o diploma que avança em relação à saúde, vem ressuscitar o equívoco — traduzido exemplarmente na intervenção da Sr.^a Deputada do Partido Popular — de que a gestão privada é, por si só, uma gestão plena de virtudes e a gestão pública está condenada ao fracasso.

Entendemos que nem uma nem outra, por si só, são plenas de virtudes ou de defeitos, porque resultam do modo como são feitas.

Ao terem de tomar decisões num domínio tão sensível, como o da saúde, e tendo em conta uma avaliação crítica — porque é essa que nos deve caber e não outra condicionada por outras razões que não as do interesse público —, o exemplo de funcionamento e de gestão do hospital Amadora-Sintra parece-nos de utilidade.

Do nosso ponto de vista, os perigos em relação ao futuro são muitos. A qualidade da prestação de serviços de saúde tem de ser garantida a todos os cidadãos, o que, desde logo, nos distancia da maioria que considera que os cidadãos que beneficiam e que acedem aos serviços de saúde, nomeadamente ao Serviço Nacional de Saúde, são clientes e não utilizadores.

Entendemos que são utilizadores, porque estamos a falar de um serviço que a comunidade deve garantir através de impostos e de justiça fiscal. Não se trata de cliente, porque a visão de cliente implica lucro e nem todos são bem-vindos ao sistema, visto que nem todos são passíveis de

transitar rapidamente pelo sistema e o seu peso, do ponto de vista de assistência, pode ser excessivo.

Desde logo, a nossa apreciação radica numa filosofia totalmente diferente. O não abdicar de se fazer uma avaliação crítica daquilo que tem sido a gestão que o modelo hospitalar Amadora-Sintra significou e a não aceitação de que há dogmas e verdades absolutas sobre virtudes ou defeitos de um sistema público ou privado — porque essas virtudes ou defeitos têm a ver com a competência e não com outras razões ideológicas que aqui não cabem — leva-nos a considerar importante esta discussão. Leva-nos sobretudo, a ter uma enorme expectativa em ouvir o Governo sobre os mistérios desta matéria, que ainda não foi capaz de desvendar, e sobre aquilo que pensa exactamente da gestão hospitalar, da qual ainda só temos a ponta do icebergue.

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Belez): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde** (Adão Silva): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: antes de mais, permitam-me que, nesta minha primeira intervenção nesta legislatura, saude a Câmara.

Vou tentar responder a alguns aspectos aqui suscitados, deixando para o final as várias questões levantadas pelo PCP, já que é da sua responsabilidade esta apreciação do Decreto-Lei n.º 185/2002.

Sr.^a Deputada Isabel Castro, agradeço as suas expectativas em ouvir o Governo e quero dizer-lhe que não há mistério nenhum relativamente à questão da lei de gestão hospitalar. No entanto, esta não é a razão fulcral do nosso debate de hoje. Por isso, estamos sempre inteiramente disponíveis para vir ao Parlamento prestar os esclarecimentos sobre todas as matérias e, noutra altura, se assim o entenderem, fá-lo-emos relativamente à lei de gestão hospitalar.

A Sr.^a Deputada Ana Drago — que já não está presente na Sala — considera este decreto-lei como uma «machadada» para fazer cair a exigência de qualidade dos cuidados de saúde, mas nós entendemos exactamente o contrário. Será através deste decreto-lei que criaremos as condições para implementar melhores condições nos cuidados de saúde prestados aos portugueses.

Finalmente, a Sr.^a Deputada refere que as exigências de fiscalização e de qualidade ficarão para mais tarde, mas devo dizer-lhe que no artigo 14.º se prevê a necessidade de um decreto regulamentar que definirá muitos dos aspectos ligados à qualidade e à fiscalização e que será publicado até ao final de 2002, isto é, antes de o processo se iniciar verdadeiramente.

Dirigindo-me agora ao Sr. Deputado Luís Carito, referirei três ou quatro aspectos relativamente à sua intervenção.

Sr. Deputado, antes de mais, penso que, em democracia, não podemos ser iconoclastas; herdamos o que é bom, promovemos o que é bom e, naturalmente, arripiamos caminho em relação ao que nos parece menos bom e que é da autoria dos governos anteriores.

Nesta matéria, ninguém nega nada quanto a trabalho feito pelo Partido Socialista.

Agora, deixe que lhe diga que é um pouco sem sentido estarmos a discutir sobre esta pequena especificidade de saber se a gestão deveria ser pública ou privada, pois a

gestão pública tem aqui pleno cabimento, aliás, como não poderia deixar de ser.

A este propósito, cito o Sr. Presidente da Câmara de Seia, do Partido Socialista, o qual, referindo-se ao problema de ter de construir um novo edifício hospitalar, disse que o financiamento poderia surgir pela via empresarial ou pelo Orçamento do Estado, mas que isso é «uma questão secundária», pois o que a gente de Seia quer é um hospital novo que sirva bem a população.

Sr. Deputado, em relação à avaliação das experiências inovadoras no caso de hospitais como o da Feira, o do barlavento algarvio e, também, o de Matosinhos, devo dizer-lhe, ainda, que a avaliação já foi feita.

Acresce que estamos apenas há seis meses no Governo, pelo que tenho de dirigir-me à bancada do Partido Socialista, dizendo-lhes que, durante seis anos, não fizeram aquela avaliação e convinha que a tivessem feito.

O Sr. **Machado Rodrigues** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Pela nossa parte e após estes seis meses de governação, entendemos que o melhor e o mais adequado avaliador dos serviços prestados por estas unidades hospitalares é a própria população. Ora, tanto quanto nos apercebemos, a população está muito satisfeita e, por isso, vamos dar o passo em frente que é o da empresarialização de 34 hospitais, como V. Ex.^a já sabe.

Sr. Deputado, se me permite, gostaria de fazer uma pequena correcção e deixar-lhe uma pergunta.

A correcção tem a ver com o que afirmou quanto à empresarialização e à privatização. Não é assim, Sr. Deputado! V. Ex.^a sabe que empresarialização equivale a optimização, a racionalização, mas não a privatização.

Por outro lado, não percebi aquele «complexo aljubarrotiano», quando se referiu à Cimeira de Valência, mas V. Ex.^a certamente poderá explicar.

Passo agora às Sr.^{as} Deputadas do CDS-PP e do PSD, cujas intervenções agradeço, e deter-me-ei sobre a intervenção do Sr. Deputado Bernardino Soares.

Sr. Deputado, a questão fundamental é a de que consideramos que o Serviço Nacional de Saúde está, verdadeiramente, num dilema: ou se renova ou morre, ou se renova ou fracassa.

Ora, pela nossa parte, entendemos que o Serviço Nacional de Saúde é um esteio essencial, um valor essencial da democracia portuguesa, comparável, por exemplo, à autonomia das autarquias locais ou, se quiser, ao sistema público de segurança social. Portanto, ter uma posição no sentido da destruição do Serviço Nacional de Saúde não é connosco.

Verdadeiramente, a questão põe-se em termos de desafio: ou o renovamos e actualizamos, para dar uma resposta correcta, adequada, atempada, às exigências da população, ou ver-nos-emos confrontados com a falência do SNS. Portanto, Sr. Deputado, tentar fechar as portas à inovação e à mudança não nos parece ser o bom caminho.

Por isso, teremos de evoluir e de chegar um pouco mais além, no respeito estrito pelo que são os valores essenciais, aliás, os mandamentos constitucionais, que são a universalidade no acesso, a equidade nos serviços e a gratuidade tendencial, tal como é referido no artigo 104.º da Constituição.

Quanto ao envolvimento de outros parceiros, cremos que estamos certos ao pensar que tal confere maior liberdade de escolha aos cidadãos, proporciona melhores equipamen-

tos e garantirá acrescidos ganhos de saúde aos portugueses.

Esta parceria é, obviamente, um compartilhamento de riscos que, aliás, está inerente à sociedade portuguesa. Desde há muitos anos, o sector privado e, particularmente, o sector social estão profundamente envolvidos nesta lógica de parceria.

Neste domínio, o problema é o de que temos muita urgência, há uma grande necessidade em lançar estes hospitais. Por isso, durante 2003, lançaremos os concursos públicos internacionais para a construção de quatro hospitais e, até 2006, serão lançados os relativos a outros seis, assim completando a construção dos 10 hospitais que nos propomos levar a cabo, a qual estará concluída até 2010. Esse será, pois, um período singular no que diz respeito à construção de novos hospitais e, particularmente, de hospitais de substituição. Aliás, aproveito para lembrar ao Sr. Deputado que, incluídos nestes 10, há um conjunto de hospitais de substituição que são absolutamente essenciais para as populações.

A este propósito, digo-lhe, ainda, Sr. Deputado, que, calculando o custo médio de cada um destes hospitais, a preços de hoje, se recorrêssemos apenas a verbas do Orçamento do Estado, não seria possível construí-los.

Portanto, esta relação de parceria com entidades privadas, com e sem fins lucrativos, é, de facto, o garante de que podemos construir estes 10 hospitais de nova geração, isto é, com melhores equipamentos, com espaços mais humanizados e com funções muito mais adequadas às exigências das populações.

O Sr. Machado Rodrigues (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Dir-lhe-ei, ainda, Sr. Deputado, que este não é um processo legislativo precipitado, pelo contrário, não necessita, em nenhum aspecto, da habilitação da lei de gestão hospitalar. No que diz respeito a este decreto-lei em apreciação, é habilitação suficiente o que está consagrado na Lei de Bases da Saúde, nomeadamente na Base XXXVI.

Por outro lado, a lei de gestão hospitalar atende apenas aos cuidados de saúde diferenciados, hospitalares e, como vê, este diploma propicia um amplo campo de intervenção, quer a nível dos hospitais, quer a nível dos cuidados primários, quer a nível dos cuidados continuados.

Mais adiante, o Sr. Deputado disse que entregamos a gestão dos hospitais aos sectores não públicos.

Ora, devo dizer-lhe que estes hospitais continuam plenamente integrados no SNS e que vão continuar a servir em plenitude a população portuguesa, aliás, no respeito pelo que está consagrado na Constituição que, como disse e repito, são os princípios da universalidade, da equidade e da gratuidade tendencial.

Por outro lado, fala-se muito na questão da introdução da lógica de lucro num sector como a saúde, afirmando-se que tal conduzirá a uma deterioração da qualidade e da segurança dos serviços prestados.

A este respeito, repito o que já afirmei, dizendo-lhe que, em Portugal, a tradição é muito no sentido da ligação entre serviços públicos e serviços privados, particularmente no que se refere aos serviços sociais, matéria contra a qual o próprio Sr. Deputado já disse nada ter, matéria com a qual concorda.

Devo dizer-lhe que o objectivo fundamental desta parceria não é o de dar lucro a privados. Que fique bem cla-

ro, Sr. Deputado, que o objectivo desta parceria é triplo: os ganhos ao nível de saúde para o utente; os ganhos ao nível de eficiência face ao cidadão contribuinte; os ganhos ao nível de qualidade, relativamente aos funcionários que intervêm nestes hospitais.

Quanto à questão da falta de fiscalização deste processo, este decreto-lei contém um enorme conjunto de mecanismos — e diria mesmo que é quase obsessivo — no que diz respeito à fiscalização e à regulação, havendo mais de uma dezena de artigos, um conjunto vastíssimo, portanto, em que esta matéria é tratada.

A Sr.ª Presidente (Leonor Beleza): — Sr. Secretário de Estado, terminou o tempo de que o Governo dispunha. Peço-lhe que conclua, por favor.

O Orador: — Sr.ª Presidente, termino, pois, dizendo que não entendemos bem a posição do Grupo Parlamentar do PCP ao manifestar-se frontalmente contra a construção destes novos hospitais, porque, sobretudo, os vereadores do Partido Comunista da Câmara Municipal de Loures manifestaram-se publicamente quanto à necessidade da rápida construção do hospital de Loures. Ora, Sr. Deputado, não vejo outra forma de construir este hospital de Loures com a rapidez que é exigida pelas populações, hospital este que o Partido Comunista daquela autarquia tanto reclama, a não ser pela via de uma parceria, tal como está estabelecido no decreto-lei agora em apreciação.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.ª Presidente (Leonor Beleza): — Para pedir esclarecimentos, inscreveram-se os Srs. Deputados Bernardino Soares e Luísa Portugal, mas o Governo já não dispõe de tempo...

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Pois é! O Governo quer falar sozinho!

A Sr.ª Presidente (Leonor Beleza): — Se os Srs. Deputados desejarem, podem fazer intervenções.

Pausa.

Para uma intervenção, tem, então a palavra a Sr.ª Deputada Luísa Portugal.

A Sr.ª Luísa Portugal (PS): — Sr.ª Presidente, Sr. Secretário de Estado, os meus cumprimentos.

Sr. Secretário de Estado, 20 de Agosto é a data de publicação do decreto-lei que estamos a apreciar, em cujo preâmbulo se diz: «Um instrumento privilegiado de estabelecimento de parcerias em saúde com recurso a gestão e a financiamento privados é o contrato de gestão, o qual se encontra previsto na Lei de Bases da Saúde, (...) mas limitadamente configurado no Estatuto do Serviço Nacional de Saúde».

De facto, na Lei de Bases da Saúde, já estavam previstas a empresarialização de hospitais e experiências inovadoras, que são desejáveis porque, provavelmente, quanto maior for a diferenciação de prestação de cuidados que tivermos melhores cuidados teremos. No entanto, em nenhuma parte do diploma em apreciação identifiquei, com força de regulação, qualquer instituto que regule esta

multiplicidade prevista naquela lei de bases, que os senhores não revogaram em nenhuma base.

Em relação ao Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, os senhores vão revogar apenas artigos que têm a ver com o contrato de gestão. Isto quer dizer que, como está previsto no respectivo estatuto, o Serviço Nacional de Saúde mantém a sua centralidade no sistema, em termos de prestador, em termos de financiador, em termos de regulador. Ora, mais uma vez, é neste último aspecto que gostava de pôr a tónica e ouvir a resposta do Sr. Secretário de Estado, se a Sr.^a Presidente lhe conceder algum tempo.

Na semana passada, como todos sabemos, as bancadas do PSD e do CDS fizeram aprovar uma legislação, já com algumas alterações de base sobre esta matéria, que prevê um novo regime jurídico para os hospitais, prevendo-se quatro modalidades diferentes para o funcionamento dos hospitais.

Em simultâneo, está em discussão com os parceiros sociais uma legislação que afunila aquelas quatro modalidades para apenas uma, que é a das sociedades anónimas.

Sr. Secretário de Estado, a Sr.^a Deputada Ana Manso falou-nos em «coerência», pelo que gostava que nos dissesse que coerência é esta.

É que, de facto, assistimos a um comboio a andar demasiado rápido, que vai perdendo carruagens pelo caminho e cuja estação de destino não conhecemos.

Assim, perante tudo isto, depois de não percebermos que coerência é esta, pergunto-lhe, muito concretamente, como é que o Serviço Nacional de Saúde é regulador quando me parece muito mais facilitador de algumas coisas e gostava de saber o que fica do Serviço Nacional de Saúde. O que resta do que é instituído pelo Estatuto do Serviço Nacional de Saúde que os senhores não alteraram?

O Sr. José Magalhães (PS): — Muito bem!

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sr.^a Presidente, em primeiro lugar, quero solicitar à Mesa se pode mandar fazer fotocópias e distribuir uma folha na qual se dá conhecimento da conferência de imprensa do PCP, em Loures, a que o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, com pouca seriedade, devo dizê-lo, se referiu e em que se diz que «se exige a garantia clara e inequívoca da integração do futuro hospital maternidade numa rede de prestação de cuidados de saúde do Serviço Nacional de Saúde, numa perspectiva de gestão do serviço público». O Sr. Secretário de Estado não leu essa parte, mas vou dar-lhe uma cópia e, depois, verá o original e não a versão que o Sr. Deputado Arménio Santos lhe trouxe e que não era a verdadeira...!

Quanto às questões que suscitou, Sr. Secretário de Estado, quero dizer-lhe o seguinte: é verdade que há muitos problemas no Serviço Nacional de Saúde, é verdade! Eles decorrem da gestão dos governos do PSD e da gestão dos governos do Partido Socialista. Mas a solução para esses problemas não é destruir o Serviço Nacional de Saúde, é renová-lo dentro do seu carácter de serviço público. Essa é que é a questão. E ficou bem expressa a atenção que o Governo dá ao Serviço Nacional de Saúde quando comparada com a atenção que dá à segurança social, que vai privatizar, e com a importância que dá às autarquias locais, às quais vai impor uma asfixia financeira com o pró-

ximo Orçamento do Estado, cortando em verbas que são indispensáveis para a prossecução de obras fundamentais. De facto, o Governo põe todos no mesmo plano, mas é um plano de prejuízo dos seus interesses e dos interesses das populações.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Diga-me lá, Sr. Secretário de Estado, se o caderno de encargos para estes 10 hospitais já está definido. Quanto é que vamos pagar, nos próximos 30 anos, nesta matéria? É que ouvi um ministro do seu Governo queixar-se de que o encargo financeiro das SCUT, por exemplo, era muito elevado nos próximos anos. Diga-nos lá qual é o encargo financeiro da entrega aos privados destes hospitais. Diga-nos lá, por exemplo, onde é que estão os estudos comparativos que demonstrem que a construção é impossível por inscrição no PIDDAC ou que é impossível por endividamento público do Estado e que é preferível a solução privada. Diga-nos lá, Sr. Secretário de Estado, se não é verdade que estão a conduzir o processo de entrega da construção destes hospitais ao sector privado, sem sequer o Estado definir o seu programa funcional, deixando aos privados a possibilidade de decidirem que tipo de hospital vai existir.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Sr. Deputado, o seu tempo terminou. Conclua, por favor.

O Orador: — Vou terminar, Sr.^a Presidente.

Diga lá, Sr. Secretário de Estado, se, nesta matéria, não é isto que estão a preparar, beneficiando o lucro privado à custa do erário público.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Afonso Candal.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, Srs. Deputados: Há, de facto, uma série de incoerências entre os dois diplomas do Governo — lei da gestão hospitalar, que saiu, há pouco, da Assembleia da República e esta legislação que regula as parcerias público/privado —, mas isso pouco importa ao Governo.

Na gestão hospitalar, foi instituída uma subalternização do serviço público face ao privado. Digamos que nesta há, se me permitem a expressão, um favorecimento pouco saudável das parcerias público/privado face às parcerias público/público. Porquê? Porque VV. Ex.^{as} só querem correr para o privado: privatizar, privatizar, privatizar!

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Sr. Deputado, o seu tempo terminou. Conclua, por favor.

O Orador: — Vou terminar, Sr.^a Presidente.

Privatizar é a palavra de ordem, independentemente da coerência ou não.

O Sr. Ministro da Saúde, anteontem, em sede de comissão, referiu que, quando estava à frente das empresas privadas; dizia aos seus vendedores «o meu objectivo não é vender, o meu objectivo é ter lucro; vender sem margens, não me interessa». Ora, se aplicarmos esse pensamento do

Sr. Ministro ao cargo que exerce hoje na Saúde, podemos dizer que o objectivo não é tratar os utentes, mas ter lucro. E se a palavra «utentes» não agrada tanto ao CDS-PP, se calhar, o CDS-PP pode passar a usar a terminologia «freguês»,...

Risos do Deputado do BE João Teixeira Lopes.

... porque, dentro da filosofia que pretendem para a área da Saúde, passam a ser fregueses e não utentes. É uma lógica de lucro, uma lógica em que os privados só vão ao que lhes interessa, e não de serviço à população portuguesa.

Aplausos do PS.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Sr.^a Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Tem a palavra.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Sr.^a Presidente, julgo que o debate ganharia se a Sr.^a Presidente, com alguma generosidade que naturalmente costuma ter — e as bancadas do Partido Socialista e do Partido Comunista Português que colocaram questões seguramente acompanharão a generosidade de V. Ex.^a —, pudesse conceder ao Sr. Secretário de Estado 2 ou 3 minutos para responder às questões colocadas. Até porque não acredito que os três Srs. Deputados que intervieram tivessem estado aqui a falar apenas para o *Diário*; queriam naturalmente explicações do Sr. Secretário de Estado. Portanto, julgo que os Srs. Deputados do Partido Socialista e o Sr. Deputado Bernardino Soares não se oporiam se V. Ex.^a permitisse que o Sr. Secretário de Estado pudesse responder em 2 ou 3 minutos, não mais. E acho que os portugueses também ganhariam com isso. Era este o meu apelo, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Se os grupos parlamentares não levantarem objecções...

Pausa.

Não havendo objecções, tem a palavra, por 3 minutos, para responder, Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde: — Agradeço, Sr.^a Presidente e Srs. Deputados, a generosidade demonstrada.

Em primeiro lugar, em relação à questão colocada pela Sr.^a Deputada Luísa Portugal, gostaria de dizer-lhe que efectivamente os aspectos da regulação são essenciais. Por isso é que, no artigo 37.º do decreto-lei em apreço, consta claramente aquilo que vai ser feito em relação à entidade reguladora, nomeadamente a necessidade da criação da mesma.

A Sr.^a Deputada referiu que isto é «um comboio demasiado rápido». Efectivamente, estamos a trabalhar, afanosa e empenhadissimamente, porque queremos responder de uma forma rápida aos problemas e às solicitações lançadas pelas populações, que não se conformam com o facto de serem servidas em equipamentos, muitas vezes, com precárias condições, como, por exemplo, os Hospitais de Braga, da Guarda, de Gaia, de Évora ou de Faro.

Em relação às questões suscitadas pelo Sr. Deputado Bernardino Soares, quero dizer-lhe o seguinte: Sr. Deputado, temos pressa, mas também não tanta assim. De qualquer maneira, dir-lhe-ei que toda a matéria que o Sr. Deputado questiona, isto é, todas as condições dos cadernos de encargos, as exigências de qualidade, etc., estão respondidas cabalmente no artigo 14.º, onde está prevista a elaboração de um decreto regulamentar, que será aprovado até ao final do ano de 2002, isto é, antes do lançamento dos concursos públicos internacionais para a construção dos novos hospitais.

Quanto à conferência de imprensa dada pelo PCP, o Sr. Deputado vai perdoar-me, mas não sei o que se passa dentro do PCP.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Não sabe, não!

O Orador: — Li apenas um artigo no jornal diário *A Capital*, de 27 de Setembro, onde o vosso camarada Adão Barata diz que «o Hospital de Loures é sem dúvida prioritário».

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — É prioritário e público!

O Orador: — Pela nossa parte, achamos que é realmente prioritário para responder às solicitações da população de Loures e, por isso, vamos fazê-lo. E vamos fazê-lo com a tal prioridade que o Sr. Vereador do PCP da Câmara Municipal de Loures exige para o bem da população de Loures.

Finalmente, Sr. Deputado Afonso Candal, percebo que o PCP tenha alguns preconceitos em relação a esta matéria; agora que o PS também tenha este conjunto de preconceitos e de pruridos... Sr. Deputado, na verdade, o que nós queremos é fazer rapidamente os hospitais, de uma forma aquilatada, prudente e regulada. Queremos fazer as coisas que têm de ser feitas para responder cabalmente às exigências das populações.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Srs. Deputados, terminámos a apreciação do Decreto-Lei n.º 185/2002, de 20 de Agosto, que define o regime jurídico das parcerias em saúde com gestão e financiamento privados [apreciação parlamentar n.º 3/IX (PCP)].

Quero informar a Câmara de que deu entrada na Mesa um projecto de resolução, apresentado pelo PCP, que visa a cessação da vigência do referido decreto-lei, e de que não deram entrada quaisquer propostas de alteração, na especialidade, do texto.

Srs. Deputados, vamos passar à apreciação da Petição n.º 46/VIII (2.ª) — Apresentada por Fernando Sérgio dos Santos Rosário e outros, solicitando que a Assembleia da República adopte medidas adequadas e urgentes para a definição do traçado e construção do Itinerário Complementar n.º 2 (IC 2), no concelho de Santa Maria da Feira.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Alves de Oliveira.

O Sr. Manuel Oliveira (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Discutimos, a esta hora, no Plenário da Assembleia da República, uma petição subscrita por 4226 cidadãos, que apelam a esta instância do Estado para que

adopte medidas adequadas e urgentes para a definição do traçado e construção do Itinerário Complementar n.º 2, no concelho de Santa Maria da Feira.

Esta discussão ocorre num momento particularmente importante, porque é contemporânea da apresentação e conhecimento da proposta de lei de Orçamento do Estado para 2003.

A petição deu entrada na Assembleia em 3 de Janeiro de 2001, tendo o relatório final sido elaborado doutamente pelo Sr. Deputado Manuel Castro de Almeida e aprovado em 2 de Outubro de 2001, apontando o parecer no sentido de que estava em condições de ser debatida em Plenário. A comissão competente, pelos documentos existentes, formalizou o pedido de agendamento em 9 de Novembro de 2001 e, passado quase um ano, estamos a fazer esta discussão.

Sr.º Presidente e Srs. Deputados: Como é referido no texto da petição, o concelho de Santa Maria da Feira situa-se no norte do distrito de Aveiro, o qual integra, fazendo fronteira com o distrito do Porto pelo lado do concelho de Vila Nova de Gaia.

A EN 1 atravessa este concelho nas freguesias de Argoncilhe, Mozelos, Lourosa, S. João de Ver, Caldas de S. Jorge, Sanfins, Escapães e Arrifana.

O trânsito médio diário nesta estrada, e neste troço, é dos mais elevados do País, segundo estudos independentes efectuados, provocando, por essa via, permanentes congestionamentos no tráfego.

A EN1 atravessa o território do concelho de Santa Maria da Feira onde se localizam importantes unidades industriais com incidência para as de transformação de cortiça levando a que, nesta actividade industrial, Portugal seja o primeiro a nível mundial.

Para além desta actividade transformadora, também se situam nas proximidades da EN1 importantes unidades industriais dos sectores do calçado e outros.

Aduzidos estes motivos, entre muitos outros que se poderiam acrescentar, vêm os peticionantes solicitar medidas para a definição do traçado e construção de uma via alternativa à EN1. Para o PSD, esta aspiração é legítima, justa e a carecer de uma rápida resolução porque já se perdeu muito e precioso tempo.

Sr.º Presidente, Srs. Deputados: A discussão sobre a definição do traçado e construção do IC2 em Santa Maria da Feira não é virgem neste Parlamento, pois por várias figuras regimentais o assunto foi objecto de abordagem.

Desde logo, por insistentes requerimentos, quer da nossa parte quer da parte de Deputados de outras bancadas, dirigidos aos XIII e XIV governos, mas, infelizmente, muitos ficaram sem resposta.

Houve uma inscrição autónoma no Plano de Investimento da Administração Central para o ano de 1998, ou seja, por impulso da bancada do PSD, aceite por todas as bancadas; foi feita uma proposta de alteração ao PIDDAC de 1998, que desagregou o troço do IC2, entre Arrifana e os Carvalhos, com uma dotação de 150 000 contos. Infelizmente, tal dotação não veio a ser utilizada, diz-se que por falta de projecto (esta foi a justificação governamental). Estávamos na era do primeiro governo do Partido Socialista, o XIII, número de azar!...

Em sessão de perguntas ao governo, e depois de muitas insistências, em 16 de Outubro de 1998, o então secretário de Estado das Obras Públicas, Prof. Maranhã das Neves, disse neste Plenário: «Não escondo que essa zona é das que mais nos preocupam, porque liga toda essa zona

de Santa Maria da Feira, extremamente populosa e industrializada, ao Porto.».

A situação neste momento é a seguinte: o estudo prévio está concluído e foi enviado ao Ministério do Ambiente. O Ministério vai desencadear o processo de audição, cujo prazo normal é de seis meses e depois de aprovado o traçado mais adequado, dar-se-á início ao projecto de execução.

A execução será iniciada a partir do ano 2000 e dizia o Sr. Secretário de Estado: «É uma obra que vai começar no ano 2000, portanto, nesse ano está inscrita no PIDDAC.».

Estávamos em Outubro de 1998! Como nada se concretizasse continuaram as perguntas ao governo e, novamente, por várias insistências veio, em 1999, o governo informar que depois de concluído o estudo prévio, e remetido ao Ministério do Ambiente, a Comissão de Avaliação do Estudo de Impacte Ambiental emitiu parecer, em Dezembro de 1998, apontando lacunas que não foram consideradas suficientemente graves para determinar o abandono das soluções propostas. Assim, admite-se que escolhido o corredor mais favorável se podem atenuar essas lacunas na fase do projecto de execução.

Perante esta situação, e no sentido de se encontrar um procedimento que permita a aprovação de um corredor com a maior brevidade possível, o assunto foi encaminhado para a auditoria ambiental do ex-Ministério do Planeamento e Administração do Território.

Não tendo sido encontrada a tal solução mágica na auditoria ambiental, decidiu, então, o Governo incumbir o Instituto de Estradas de Portugal de proceder ao concurso para a reformulação do estudo prévio nas componentes do tráfego, ruído e cartografia.

Já em 9 de Fevereiro de 2001, o então Secretário de Estado das Obras Públicas veio informar a Assembleia de que estava a ser feita a actualização da cartografia para com base nela se recuperarem os estudos prévios, feitos em 1998 e reformular-se o estudo de impacte ambiental para que a partir daí se partisse para o projecto de execução.

Todas estas informações, e outras, foram prestadas por membros do Governo, aqui na Assembleia; para além disso houve outras que foram enviadas quer para os órgãos municipais de Santa Maria da Feira quer para juntas de freguesia, particularmente em momentos próximos de eleições, fossem presidenciais ou autárquicas.

Sr.º Presidente, Srs. Deputados, o resultado, infelizmente, foi sempre nulo sem concretização do traçado e construção do IC2 no concelho de Santa Maria da Feira. Com o actual Governo esperamos que este troço do IC2 tenha uma efectiva concretização, pois o primeiro passo foi dado.

Em 24 de Maio passado, o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas informou-nos, neste Plenário, de que no mês de Junho seria lançado o concurso para a realização do estudo prévio que vai integrar o estudo de impacte ambiental. Efectivamente, o concurso foi lançado e é o concurso público n.º 5/2002 do IEP.

Sr.º Presidente, Srs. Deputados: Perderam-se 6 anos que eram preciosos para este projecto.

O Plano Director Municipal de Santa Maria da Feira ratificado pelo Governo, em 1993, reserva um corredor de 400 m para o traçado deste Itinerário Complementar n.º 2.

Com base nesta reserva, os proprietários de terrenos localizados nesse corredor estão legalmente impedidos de proceder a qualquer construção com os inevitáveis prejuí-

zos e áreas industriais preconizadas não se concretizaram em certas freguesias pela indefinição do traçado.

Em suma: os atrasos na definição do traçado do IC2 no concelho de Santa Maria da Feira têm, de alguma forma, inviabilizado o desenvolvimento; a EN1 experimenta índices de tráfego dos mais elevados do País e a sinistralidade nesta artéria também tem valores elevados.

Por isso, torna-se urgente a definição do traçado e concretizar o IC2 em Santa Maria da Feira como alternativa à EN1.

Assim, exortamos, daqui, o Governo a desencadear todas as diligências no sentido de que os departamentos que trabalham neste processo desenvolvam os procedimentos de forma célere por forma a que a obra nasça tão cedo quanto possível.

Aos cidadãos que apresentaram esta petição, particularmente ao primeiro subscritor, Sr. Fernando Rosário, aqui presente, o PSD reconhece a importância desta iniciativa e agradece o contributo, porque permite ampliar a discussão de um problema que afecta muitos cidadãos se boa parte da actividade económica do concelho de Santa Maria da Feira, que, como se sabe, contribui fortemente para o produto nacional.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Leonor Beleza): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Antero Gaspar.

O Sr. **Antero Gaspar** (PS): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, a presente petição foi apresentada pelo Sr. Fernando Sérgio e outros, e uma vez que este se encontra presente aproveito para felicitá-lo pela iniciativa, pois como munícipe do concelho de Santa Maria da Feira apela à Assembleia da República para que adopte medidas adequadas e urgentes com vista à definição do traçado de construção do Itinerário Complementar, IC 2, no concelho de Santa Maria da Feira.

Justifica esta petição argumentando que o trânsito médio diário na EN1 é dos mais elevados do País, pelo que, especialmente nos dias úteis, há permanentes congestionamentos, o que dificulta a vida a quem tem de circular nesta artéria.

Esta estrada serve uma área do concelho onde estão instaladas as variadas unidades industriais e é, simultaneamente, uma zona de grande concentração habitacional.

É nesta zona do concelho onde se concentra o sector industrial de transformação de cortiça e que leva a que Portugal seja o primeiro centro transformador de cortiça a nível mundial.

Assim, que várias outras razões poderiam ser aduzidas para a construção de uma nova via alternativa à actual EN1 por forma a permitir acessibilidades rápidas e importantes para o concelho de Santa Maria da Feira?

É de grande importância esta justa e legítima reivindicação pois trata-se de uma das regiões de maior crescimento económico e social do nosso país, o que se traduz numa zona de elevado tráfego rodoviário.

A grande concentração populacional junto à EN1, quer em termos habitacionais quer do ponto de vista industrial, implica valores de tráfego rodoviário elevadíssimos que constituem condições de circulação e de segurança rodoviárias impróprias e mesmo inaceitáveis.

Eu próprio, porque resido na zona norte do distrito de Aveiro, sou um profundo conhecedor desta dramática si-

tuação, pois tenho sido um utente quase diário desta rodovia.

Todavia, esta prioridade não é de agora: tem mais de duas décadas de sucessivos adiamentos. Foram aprovados, há muitos anos, canais ou corredores para a definição de traçados e respectivos projectos, mas somente nos últimos anos, e justamente na vigência do anterior governo, foram dados passos decisivos para o avanço do processo de construção desta via alternativa.

Depois de elaborado, foi apresentado em 1998, para debate público, um estudo prévio e o consequente estudo de impacto ambiental. Porém, o Ministério do Ambiente emitiu parecer desfavorável, como aqui já foi referido, por três razões fundamentais: o tráfego, o ruído e a cartografia de base.

A Comissão de Avaliação do Ministério do Ambiente considerou que a desactualização da informação de base não permitia uma selecção de alternativas de traçado, sugerindo a sua actualização e o estudo de novas soluções de traçado com viabilidade ambiental.

Nomeadamente, dado o grande dinamismo da zona, traduzido em forte pressão urbanística, a cartografia base do estudo prévio e dos respectivos traçados revelou-se desactualizada no momento da avaliação.

Como é do conhecimento público, constatou-se que os corredores aprovados estavam, em muitos casos, ocupados com construções que inviabilizaram a definição de um traçado compatível. Como consequência disto, surgiu uma inviabilização técnica deste estudo por induzir impactes negativos com destruição de habitações e interferência na qualidade de vida, em geral, das populações locais.

Em face deste parecer, o IEP procedeu ao lançamento de um concurso limitado para actualização de cartografia; o IEP, em Fevereiro deste ano, remeteu à Câmara Municipal de Santa Maria da Feira uma proposta de traçado para a nova via, proposta que foi consensual e mereceu uma aprovação unânime do executivo camarário no passado dia 15 de Fevereiro.

Há, portanto, que elaborar um estudo prévio reformulado do projecto e reformular, também, o estudo de impacto ambiental e a partir daí elaborar o projecto de execução para que se possa abrir o concurso para construção do IC2.

Este período de preparação, exigiu todos os passos e procedimentos indispensáveis que tiveram de ser desencadeados até esta última fase para se seguir a execução da obra. Foi feito o necessário, mesmo perante tão difíceis constrangimentos, para fixar definitivamente o traçado definitivo do Itinerário.

Por isso, não se perdeu o tempo necessário. Agora o actual Governo, com «a papinha feita»,...

Risos do PSD:

... não terá argumentos para atrasar este processo da construção do IC2. Consideramos razoável ser necessário mais algum tempo para a reformulação do estudo de impacto ambiental, a sua aprovação e o respectivo projecto de execução da obra.

Por isso, apelo a todos os Deputados desta Câmara para exigirem que nesta fase do processo, e de uma forma realista, haja todas as condições para que no final do próximo ano, isto é, em 2003, se proceda à abertura do concurso público para a construção do IC2.

Parece, no entanto, não haver esta boa vontade, ou a necessária vontade política, do actual Governo, pois ainda não é possível vislumbrar, na proposta do PIDDAC, para o próximo ano, 2003, qualquer verba definida para possibilitar o avanço da obra. Pergunto: será por esquecimento ou pelo repetido argumento das finanças públicas que ficará para as «calendas»?

São questões óbvias que têm de ser colocadas por todos nós!

Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, a construção do IC2, nos troços em falta no distrito de Aveiro, entre a Mealhada e os Carvalhos, em Vila Nova de Gaia, é para o Grupo Parlamentar do PS de grande importância, mas o troço em causa nesta petição é, para o Grupo Parlamentar do PS, o troço entre Arrifana e os Carvalhos, prioritário e fundamental para o desenvolvimento de uma das regiões de maior crescimento económico e social do nosso país.

Aplausos do PS.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Helder Amaral.

O Sr. Helder Amaral (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Uma primeira palavra para aos peticionários dizendo-lhes que este é um direito para ser utilizado e só peca pelo reduzido número dos que o utilizam e pelo tempo que, infelizmente, demora a sua apreciação nesta Casa.

A petição que agora discutimos, suportada em 4226 assinaturas, apela à Assembleia da República que adopte medidas adequadas, e urgentes, para a definição do traçado e construção do Itinerário Complementar n.º 2 no concelho de Santa Maria da Feira.

Esta ambição assenta nas dificuldades, por todos conhecidas, de circulação na EN1.

A EN1 atravessa o concelho de Santa Maria da Feira, desde as freguesias da Arrifana a Argoncilhe, uma área territorial de elevada densidade urbana e de forte concentração de unidades empresariais.

Um estudo concluiu que se trata de uma estrada, com cerca de 13 km, que possui um tráfego médio diário dos mais elevados do País e, ainda, com base em estatísticas da Direcção-Geral de Viação, com um elevado índice de sinistralidade.

Esta questão tem sido levantada com insistência desde 1998, como, aliás, já aqui foi dito e desde 1998 que a população, em geral, e os peticionários, em particular, continuam à espera de uma solução para o problema.

O IC2, que devia ser uma melhoria clara na qualidade de vida dos habitantes de Santa Maria da Feira, tem sido motivo de desilusão e de frustração.

Aliás, em 16 de Outubro de 1998, neste Plenário, o então Secretário de Estado das Obras Públicas, também já aqui referido, dizia que se tratava, efectivamente, de uma obra necessária e importante, dado o congestionamento do trânsito.

Adiantou, ainda, que o estudo prévio estava concluído e que o mesmo seria enviado ao Ministério do Ambiente para, uma vez verificado o estudo de impacte ambiental, se proceder ao lançamento do concurso e à adjudicação da obra. Isto foi em 1998!

Esse estudo de impacte ambiental foi rejeitado em Dezembro de 1998, pelo Ministério do Ambiente apresentando três razões fundamentais: o tráfego, o ruído e a

desactualização da cartografia base. Esta desactualização não permitia que se seleccionasse uma alternativa ao traçado que reduzisse o impacte ambiental e este é um problema com solução, disso temos a certeza, mas, se calhar, o que falta é encontrar a melhor forma de o colocar.

Portanto, esta foi mais uma situação que este Governo herdou e na opinião do CDS-PP chegou a altura de colocar à disposição das populações todos os meios que lhes permitam ter uma vida melhor.

A presente petição apresenta-nos um problema concreto, uma situação gravosa e, portanto, uma situação que deve ser corrigida.

É opinião unânime que a EN1 não responde às necessidades de quem a utiliza, pelo que, utilizando o seu direito, estes cidadãos, através desta petição, alertam-nos para isso.

A nós compete-nos reconhecer que a situação tem, claramente, que mudar e que o IC2 tem de ser uma realidade.

A este Governo compete tentar resolver este problema, pois, repito, é mais um dos muitos que herdou da gestão socialista e que já começou a resolver.

De facto, em Junho de 2002, lançou o concurso de execução do estudo prévio nos corredores propostos pela nova cartografia; neste momento as propostas estão a ser avaliadas e, portanto, a solução parece-nos iminente.

Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados. Mais do que saber o que foi feito importa agora apurar o que fazer e encontrar, o mais rapidamente possível, a solução para este grave problema.

Aplausos do CDS-PP.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: São exactamente 4226 os cidadãos que se dirigem a esta Assembleia, numa importante atitude de participação cívica, que daqui saudamos, para que tomem medidas em relação ao problema real e concreto que é hoje o IC2 na zona de Santa Maria da Feira.

No entanto, são muito mais numerosa, são dezenas de milhares de pessoas por dia que sentem directamente os engarrafamentos, a insegurança rodoviária, a situação caótica do trânsito — e o caso não é para menos! Estamos a falar de uma das principais portas de entrada e de saída da Área Metropolitana do Porto, de uma estrada nacional que serve concelhos onde a concentração populacional e a actividade industrial são de grande importância, como Santa Maria da Feira mas também São João da Madeira e Oliveira de Azeméis.

Arrasta-se ao longo dos anos, e de forma cada vez mais intensa, a penosa situação de constante congestionamento que é bem visível para as populações locais e para os trabalhadores daquela região.

Em Santa Maria da Feira, para além do mais, está cativado, em termos de administração do território, um corredor de dimensão significativa — os tais 400 m —, que é suposto o Plano Director Municipal contemplar como espaço canal para o IC2. E, enquanto não houver uma definição concreta do traçado da nova via, toda essa zona

continuará numa espécie de incerteza urbanística quanto à sua utilização.

Contudo, também não podemos ignorar que, se por um lado é urgente dar resposta ao grave problema de mobilidade que se faz sentir numa zona marcadamente industrial como esta, por outro lado, subsiste o problema de acessibilidade para a população que se dirige ao IC2, vinda do interior da região, como é o caso do concelho de Arouca, por exemplo, em que, para chegar ao caos do IC2, é preciso percorrer uma estrada insegura e sinuosa, até Arrifana, num percurso onde várias vidas se perderam, inclusive por falta de acessos mais rápidos ao local em situações de emergência.

O que está em apreciação é concretamente a construção do IC2, que no plano das intenções — pelo menos — já é consensualmente considerada uma obra prioritária. Mas o que para nós é motivo de legítima estranheza é que, tendo o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas afirmado aqui que se trata de uma obra prioritária, tendo o PSD (quando na oposição) apresentado propostas de inclusão de verbas em PIDDAC especialmente para este projecto, nós agora não encontremos no Orçamento do Estado, no PIDDAC apresentado por este Governo, qualquer referência a este empreendimento.

Ora, para que os estudos e projectos necessários a esta obra tenham, de facto, andamento, é preciso que haja verbas disponibilizadas.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Mesmo no ano passado, o PSD votou a favor da proposta do PCP neste mesmo sentido! Esta é uma discussão que oportunamente aprofundaremos mas, para já, tem de ser referida a contradição desse sentido de voto em 2001 com esta omissão em 2002.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Muito bem!

O Orador: — A nossa expectativa é que o PSD não acabe por voltar a fazer o que fez no passado, quando esteve no poder, inviabilizando em PIDDAC a inclusão deste projecto.

Há pouco mais de quatro meses, num debate sobre este mesmo assunto, o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas veio trazer-nos a má notícia de que não seria tão cedo que as populações teriam este seu problema resolvido no terreno.

A esse propósito, aliás, ficou do debate uma dúvida que importa esclarecer: o Sr. Secretário de Estado, ao referir o calendário previsível que o Governo avançava para este empreendimento, falou num prazo (o último trimestre de 2004), não em relação à obra mas em relação ao projecto de execução. Ora, ao consultar o *Diário* dessa sessão plenária, constata-se que há duas referências do Sr. Secretário de Estado nesse debate, uma apontando esse prazo para o concurso do projecto de execução, outra referindo-se à conclusão do projecto de execução. E, sendo a diferença significativa, importa saber qual destas fases se prevê estar cumprida em 2004 — esperamos que chegue em breve esse esclarecimento.

Por outro lado, o que parece certo é que pelo menos 2 ou 3 anos estão pela frente sem que venham resultados concretos, no terreno. E, se todos os motivos apresentados não fossem suficientes para preocupação, aí teremos, em breve, o Campeonato Europeu de Futebol, nos distritos de

Aveiro e do Porto, entre outros, a agravar, já em 2004, uma situação que é já hoje caótica.

Nesse sentido, impõe-se a tomada de medidas, o mais rapidamente possível, para dar resposta a uma situação que não pode simplesmente ficar na mesma em 2002, 2003, 2004, até 2005 pelo menos!

É preciso saber que soluções serão encontradas para minimizar os efeitos, muitas vezes insuportáveis, de um problema que tarda em ser resolvido. Na fluidez do tráfego e na segurança rodoviária há que tomar medidas mais urgentes, que não dependam do horizonte da solução estrutural que será a construção do IC2.

Certamente que haverá consenso nesta ideia: as populações não podem ficar condenadas a ver o seu dia-a-dia igual ou pior durante tanto tempo. E, certamente, nenhum dos Srs. Deputados estará disponível para exigir tal coisa a estes cidadãos.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Muito bem!

A Sr.ª Presidente (Leonor Beza): — Srs. Deputados, concluímos a apreciação da petição n.º 46/VIII (2.ª), que apela à Assembleia da República para que adopte medidas adequadas e urgentes para a definição do traçado e construção do itinerário complementar n.º 2 (IC2) no concelho de Santa Maria da Feira.

Agradeço a presença de dois representantes dos cidadãos peticionários.

Srs. Deputados, chegámos ao fim da ordem de trabalhos de hoje.

A próxima reunião plenária da Assembleia da República realiza-se quarta-feira, dia 9 de Outubro, às 15 horas, e terá como ordem do dia uma interpelação ao Governo, requerida pelo PCP, sobre questões da situação social e laboral dos trabalhadores.

Está encerrada a sessão.

Eram 13 horas e 15 minutos.

Srs. Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Social Democrata (PSD):

António Pedro Roque da Visitação Oliveira
Arménio dos Santos
Daniel Miguel Rebelo
Eduardo Artur Neves Moreira
Jorge Nuno Fernandes Traila Monteiro de Sá
Manuel Joaquim Dias Loureiro
Maria Teresa Pinto Basto Gouveia
Melchior Ribeiro Pereira Moreira
Pedro Filipe dos Santos Alves
Vasco Manuel Henriques Cunha

Partido Socialista (PS):

Acácio Manuel de Frias Barreiros
Alberto Arons Braga de Carvalho
António Luís Santos da Costa
José Eduardo Vera Cruz Jardim
José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa

Partido Popular (CDS-PP):

Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca
Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Srs. Deputados não presentes à sessão por se encontrarem em missões internacionais:

Partido Social Democrata (PSD):

Maria Eduarda de Almeida Azevedo
António Joaquim Almeida Henriques
António da Silva Pinto de Nazaré Pereira
João Carlos Barreiras Duarte

Partido Socialista (PS):

Carlos Manuel Luís
Alberto Bernardes Costa
José da Conceição Saraiva
Maria Amélia do Carmo Mota Santos
Guilherme Valdemar Pereira d'Oliveira Martins

Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião Rodrigues

Srs. Deputados que faltaram à sessão:

Partido Social Democrata (PSD):

Alexandre Bernardo Macedo Lopes Simões
António Alfredo Delgado da Silva Preto
António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
António Paulo Martins Pereira Coelho

Diogo Alves de Sousa de Vasconcelos
Eugénio Fernando de Sá Cerqueira Marinho
Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa
José Manuel Pereira da Costa
Marco António Ribeiro dos Santos Costa
Maria Manuela Aguiar Dias Moreira

Partido Socialista (PS):

António de Almeida Santos
Francisco José Pereira de Assis Miranda
João Barroso Soares
João Cardona Gomes Cravinho
José Manuel de Medeiros Ferreira
Manuel Alegre de Melo Duarte
Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro

Partido Popular (CDS-PP):

João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo
João Nuno Lacerda Teixeira de Melo

Partido Comunista Português (PCP):

Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas
Maria Luísa Raimundo Mesquita

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.



Depósito legal n.º 8818/85

IMPrensa NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, € 0,05 (IVA incluído).

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República.

PREÇO DESTES NÚMEROS (IVA INCLuíDO 5%)

€ 1,60

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 1099-002 Lisboa